

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA - LASEB**

ANA ROSALI ZOROASTRO MARTINS

**OS PRIMEIROS PASSOS DO PROFESSOR
NA PEDAGOGIA DA INCLUSÃO**

Belo Horizonte - MG

2012

ANA ROSALI ZOROASTRO MARTINS

**OS PRIMEIROS PASSOS DO PROFESSOR
NA PEDAGOGIA DA INCLUSÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Especialista em Educação Infantil, pelo Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Básica da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Regina Célia Passos Ribeiro de Campos

Área: Educação Infantil

Belo Horizonte - MG

2012

ANA ROSALI ZOROASTRO MARTINS

**OS PRIMEIROS PASSOS DO PROFESSOR
NA PEDAGOGIA DA INCLUSÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Especialista em Educação Infantil, pelo Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Básica da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina Célia Passos Ribeiro de Campos .

Área: Educação Infantil

Aprovado em de julho de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Professora Doutora Regina Célia Passos Ribeiro de Campos – Departamento de Ciências Aplicadas à Educação - Faculdade de Faculdade de Educação / Universidade Federal de Minas Gerais – FAE/UFMG

Membro da Banca Examinadora

Professora Doutora Livia Maria Fraga Vieira – Departamento de Administração Escolar - DAE Faculdade de Educação / Universidade Federal de Minas Gerais – FAE/UFMG

Epígrafe

DEFICIÊNCIAS

"**Deficiente**" é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.

"**Louco**" é quem não procura ser feliz com o que possui.

"**Cego**" é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria, e só tem olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.

"**Surdo**" é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.

"**Mudo**" é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

"**Paralítico**" é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

"**Diabético**" é quem não consegue ser doce.

"**Anão**" é quem não sabe deixar o amor crescer. E, finalmente, a pior das deficiências é ser miserável, pois:

"**Miseráveis**" são todos que não conseguem falar com Deus.

"A amizade é um amor que nunca morre."

Mario Quintana (escritor gaúcho 30/07/1906 - 05/05/1994).

MARTINS, Ana Rosali Zoroastro. **Os primeiros passos do professor na pedagogia da inclusão.** 2012. 72 páginas. Curso de Pós Graduação Especialização Lato Sensu em Docência na Educação Infantil da Universidade Federal de Minas Gerais. 2012.

RESUMO

Esse trabalho teve como objetivo analisar a formação e qualificação de professores e profissionais que atuam com alunos portadores de necessidades especiais e/ou algum tipo de deficiência, a partir de questionamentos, dúvidas e dificuldades vivenciadas pelos professores da Educação Infantil para colocar em prática as determinações legais da inclusão dos deficientes. Muita propaganda, muito *marketing*, divulgação excessiva, para atender a um compromisso político e social, mas, a questão principal ainda persiste: como está funcionando a inclusão? Para o embasamento teórico das análises realizadas foram estudados autores da área da Educação Inclusiva como Maria Teresa Eglér Mantoan, Canuta dos Reis Oliveira, Márcia Denise Pletsch, dentre outros. Esses autores ajudaram a compreender as temáticas abordadas como o que é educação inclusiva, a sua prática em sala de aula, as dificuldades dos docentes, dentre outros. Para realização de um plano de intervenção, foi necessário realizar uma pesquisa, nos moldes da pesquisa-ação. No que se refere à pesquisa, foram entrevistados seis educadores infantis e duas alunas do curso de pedagogia que atuam como auxiliar de apoio. Esses profissionais foram questionados sobre sua formação para atuação na inclusão educacional. Através das análises realizadas sobre as respostas dos professores e auxiliares foi possível listar dificuldades, dúvidas e sugestões para elaboração de um projeto inclusivo mais eficaz dentro da escola. Como proposta de ação, foi realizada uma roda de conversa com as famílias, objetivando divulgar a filosofia das Unidades Municipais de Educação Infantil - UMEI sobre a inclusão. A reunião iniciou-se com a apresentação através de slides da História da inclusão através dos tempos e, em seguida, foi proposta uma reflexão sobre as formas de atuação dos professores, para o trabalho com o tema da inclusão de forma contínua com as crianças que iria culminar, no ano de 2012, com a Mostra Cultural "A Diversidade na Natureza". Os resultados demonstraram que, para implementar um processo de inclusão efetivo, a escola deve ser totalmente readaptada, de forma a oferecer aulas especializadas dentro do próprio ambiente escolar e um monitor para cada criança deficiente, bem como mudança na estrutura física, para que acidentes fossem evitados.

PALAVRAS-CHAVE: Professor. Dificuldades. Inclusão. Formação Continuada.

SUMÁRIO

Resumo.....	05
1. Introdução	07
2. Objetivos	08
Capítulo 1 – A garantia legal da inclusão	09
Capítulo 2 – A qualificação do professor	13
Capítulo 3 – plano de ação e análise dos dados	16
3.1 – Contextualização da escola e dos sujeitos envolvidos	16
3.2 – Descrição do processo de inclusão da criança na UMEI	20
3.3 – Procedimentos metodológicos e atividades realizadas.....	21
4 . Considerações finais	39
5. Referências	41
6. Anexos	44

1. INTRODUÇÃO

Este estudo propõe um olhar crítico sobre as dificuldades encontradas na educação infantil e no ensino da rede regular pública, no que se refere à Inclusão de Portadores de Necessidades Especiais. Desta forma, mostra a emergência de outra concepção de escola, não como depósito de crianças, mas, fundada no direito à Educação, mais capacitada e aprimorada.

Com o objetivo de compreender e analisar criticamente o processo de inclusão na educação será desenvolvido uma pesquisa bibliográfica utilizando-se como referencial os seguintes documentos e autores: Maria Teresa Eglér Mantoan, Canuta dos Reis Oliveira, Márcia Denise Pletsch, Declaração de Salamanca, LDB, Emenda Constitucional, dentre outros.

O estudo buscou encontrar algumas orientações para a prática pedagógica do cotidiano na Unidade Municipal de Educação Infantil UMEI, especificamente com as crianças que necessitam de cuidados especiais, principalmente, discutir como lidar com crianças com necessidades especiais complexas de saúde dentro da sala de aula.

Estou na área da Educação há 18 anos. Já trabalhei como professora, pedagoga e, há 07 anos até a presente data, trabalho na UMEI, primeira experiência com educação infantil. Atualmente, estou na função de coordenadora pedagógica, atuando no suporte à direção e aos professores, no acompanhamento dos projetos e atividades a serem realizadas pela escola. Durante essa prática, muitas questões surgiram sobre o processo educativo e a inclusão de crianças com necessidades especiais, mas a questão central que surge é com quem dividiremos as responsabilidades?

Essas questões me instigaram para encontrar uma forma de compreender ou delimitar até onde é possível a intervenção pedagógica no processo de inclusão, definir qual o papel da educação inclusiva, e nesse sentido, refletir sobre qual a formação necessária ao professor.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivos Geral:

- ✓ Analisar a situação de formação e refletir com os professores e profissionais que atuam com alunos portadores de necessidades especiais e/ou com algum tipo de deficiência, as nossas ações pedagógicas.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- ✓ Refletir o que é Educação Inclusiva.
- ✓ Registrar quais são as maiores dificuldades encontradas pelos professores e auxiliares para trabalhar com a educação inclusiva em sala de aula.
- ✓ Analisar a realidade da Educação Inclusiva na Educação Infantil.
- ✓ Caracterizar a formação desse profissional docente.
- ✓ Observar a estrutura física e pedagógica para lidar com o aluno deficiente.
- ✓ Apontar para as complexidades pedagógicas envolvidas na escola.

CAPÍTULO 1 - A GARANTIA LEGAL DA INCLUSÃO

O processo de mudanças sociais vivenciado no Brasil inclui entre seus principais pontos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) aprovada em 20 de dezembro de 1996. A LDB foi um marco histórico para a educação, pois é a Lei que visa reestruturar e redemocratizar o sistema educacional do país, regulamentando o setor educacional que abrange desde a formação dos docentes, a gestão escolar, o currículo, dentre outros.

A LDB 9394 foi aprovada em 1996 e, hoje, dezesseis anos após sua implementação, alguns aspectos da lei ainda não possuem consenso, como é o caso da educação inclusiva. De 1996 até hoje, já ocorreram muitos debates e embates sobre a temática, muito se tem falado sobre inclusão, entretanto, no senso comum ainda se concebe inclusão como aceitação dos portadores de necessidades especiais. Historicamente, sabemos que desde o século XVI, imperava um modelo social hegemônico que distinguia as pessoas como normais ou anormais.

O normal¹ ainda hoje é considerado *“um tipo dado e, portanto, presente na generalidade dos casos”*; o anormal ou deficiente¹ é aquele indivíduo que *“tem deficiência, falho, imperfeito, incompleto”*. Para além dos conceitos, a escola necessita de uma inclusão “globalizadora”, que inclua não somente os deficientes físicos, mas igualmente os “deficientes” financeiros, emocionais, psicológicos, etc. Portanto, torna-se necessária a aceitação dos diferentes indivíduos em suas particularidades, e desta forma, busca-se promover a convivência dentro da diversidade humana.

O ingresso dos alunos considerados deficientes na rede de ensino pública e nas turmas regulares parece ser recente, se considerarmos o pouco preparo dos profissionais, as dificuldades de acesso diante da estrutura física do ambiente escolar, ausência de materiais pedagógicos especiais, dentre outros. Porém, historicamente, sabemos que a Educação Especial iniciou-se no final do séc. XVIII (PLETSCH, 2009:45), com o aparecimento de instituições especializadas para pessoas surdas e cegas nas comunidades ocidentais. Entretanto, durante a Revolução Francesa (1789), uma das reivindicações do povo francês era que todos tivessem acesso à educação escolar, e não somente um privilégio concedido à nobreza.

¹ Fonte: <http://michaelis.uol.com.br/>

No Brasil, os primeiros atendimentos as pessoas denominadas na época como “excepcionais” começou em 1854 (PLETSCH, 2009:46), quando se criou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que foi fundado pelo imperador D. Pedro II na cidade do Rio de Janeiro, Capital do Império. Além da criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, também foi criado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Porém, esses fatos constituíram-se em ações isoladas, pois naquele período não existiam diretrizes, orientações, nenhum documento que orientasse ou determinasse como deveria ser o atendimento dos deficientes. Somente no século XX, começou a expandir o acesso à educação as pessoas com necessidades especiais.

Um dos marcos da Educação Inclusiva no século XX foi a Conferência Mundial de Educação Especial, acontecida entre os dias 7 e 10 de junho de 1994, na Espanha, que proclamou a “Declaração de Salamanca”, assinada por diversos países signatários, inclusive o Brasil. Em seu texto, a “Declaração de Salamanca” definiu princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, entre outros, aquele que garante que:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Entre outras ações governamentais para garantir o direito dessas crianças, observa-se que o próprio documento aponta a necessidade de se implementar sistemas e programas educacionais no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades.

O que a Declaração pretende, portanto, é tornar as escolas regulares que possuem uma orientação inclusiva, locais onde se constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias. Para construir uma sociedade inclusiva e alcançar a educação para todos, somente criando-se comunidades acolhedoras, escolas que promovam uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimorem a eficiência e, em última instância que os gestores se responsabilizem com o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Além da Declaração de Salamanca, há outros documentos que discutem a inclusão das pessoas com necessidades especiais a educação. O primeiro documento foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em 1948 foi promulgada e que estabelece que “Todo ser humano tem direito à educação”.

No caso da política educacional brasileira, consta que o primeiro documento que aborda a questão da educação especial é a LDB promulgada em 1961 declarando que:

Art. 88. A educação de excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. (LDB/61)

Em 1978, ocorreu outro marco na história da educação especial, pois pela primeira vez foi promulgada uma Emenda Constitucional destinada aos deficientes:

Artigo único - É assegurada aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante:

I - educação especial e gratuita;

II - assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país;

III - proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários;

IV - possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.

(EMENDA CONSTITUICIONAL, 1978)

Mesmo com diversos documentos e leis, a realidade para a educação se tornar realmente inclusiva está longe de realmente se concretizar, pois segundo o documento Programa Ética e Cidadania do governo federal:

A escola que vivemos hoje no momento se entupiu do formalismo da racionalidade e incidiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviços, grades curriculares, burocracias. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que ela possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. (PROGRAMA ÉTICA E CIDADANIA, 2007:12)

“Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional” significa que a inclusão educacional implica certamente em mudanças. O conhecimento, matéria prima da educação escolar, deve passar por uma resignificação, essa mudança de concepções, de visão de mundo dentro da escola é condição imprescindível para se entender como aprendemos, como entendemos o mundo e a nós mesmos e aos outros, de forma a perceber a diversidade humana (culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, etc.)

Devido ao novo paradigma educacional, o ensino público vem passando por grandes problemas, como ...

... condições de trabalho precárias: escolas sem infra-estrutura; falta de incentivo para especialização dos docentes no que se refere à educação de crianças portadoras de necessidades especiais, pois o docente geralmente não tem preparo para trabalhar com estas crianças. (GERA. et al., ano, p. 02).

A base de uma sociedade, de uma escola inclusiva, fundamenta-se em uma filosofia que valoriza e reconhece a diversidade do sujeito. Partindo do pressuposto dos Direitos Humanos no artigo VII da declaração dos direitos humanos:

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. (DIREITOS HUMANOS, 2002)

Esses direitos são essenciais para que esse sujeito com necessidades especiais tenha garantido o seu acesso e a sua participação em todas as esferas da sociedade, inclusive de onde vem a base da sociedade que é a educação que é um direito fundamental a todos declarado nos Direitos Humanos em seu artigo XXVI:

Toda pessoa tem direito a instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico - profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior baseada no mérito. (DIREITOS HUMANOS, 2002)

É importante lembrar que, apesar das leis estarem postas, o direito só é conquistado quando a sociedade legitimar as práticas inclusivas em seu cotidiano. E isto demandará tempo para conscientização.

CAPÍTULO 2 - A QUALIFICAÇÃO DO PROFESSOR

Em consequência do fato de que todos têm direito à educação, é importante antes garantir a acessibilidade dos sujeitos com necessidades especiais. Por essa razão, torna-se necessário que se pense na formação desse profissional para trabalhar com esse tipo de alunado.

A implantação da política da educação inclusiva nas escolas municipais e estaduais, ainda é recente. Observamos que a lei foi criada, porém a escola enfrenta problemas com a falta de infraestrutura física, pedagógica e de recursos humanos, especificamente de professores para lidar com esse público de alunos. A inclusão dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais tem ocasionado indagações, conflitos, dificuldades postas por profissionais que estão lidando com esses alunos em sala de aula. Como afirma Bergo:

Além de dificuldades quanto à estruturação física, percebe-se problemas de acompanhamento dessas crianças; a maioria delas não recebe acompanhamento diferenciado, isto quer dizer, o professor não foi capacitado para receber aquele aluno, e o processo de ensino-aprendizagem se subjeta à oportunidade de socialização que alunos com NEE possui ao estar matriculados junto a alunos não - portadores de NEE. Os problemas operacionais para a consecução de salas inclusivas de qualidade, apontada por diretores / coordenadores, são de ordens financeira, humana e física. O depoimento de um coordenador confirma esta questão: “Matricular não quer dizer que incluiu não. Tem que mudar muito, e vai demorar muito para incluir os deficientes na escola”. (BERGO, 2002:07)

Além disso, por adquirirem o acesso à escola regular, caberia a essa escola acomodar essas crianças com necessidades educacionais especiais, não só fisicamente, mas dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a suas necessidades. Segundo Pires:

Já que é uma obrigação da escola oferecer uma educação de qualidade para todos, é urgente que o processo de inclusão se torne uma realidade em todas as escolas. É fundamental que as agências formadoras façam um maior investimento em recursos humanos e programações formativas para que todos os professores que se destinam a trabalhar no ensino infantil e fundamental em nossas escolas se sintam habilitados a lidar com todos os tipos de criança. (PIRES, 2010:169).

O autor refere-se não só que há a necessidade de formação específica para o ensino infantil e fundamental realizarem a educação inclusiva, mas que essa formação deve estar a cargo das “agências formadoras”. Bergo (2002), também nessa mesma perspectiva, afirma:

(...) deve-se considerar que não basta inserir alunos deficientes no ensino regular, é preciso que estruturamos para eles um ensino de qualidade. Mais do que discussões políticas e produção de documentos que indiquem o caminho a ser seguido, deve haver uma preocupação na preparação de profissionais, sobretudo professores, para lidar com esses alunos. A presença de uma equipe técnica capacitada e disposta a trabalhar com essas crianças, ajudá-las a se sentirem parte de seu processo de aprendizagem e de socialização com os demais colegas é fundamental no processo de inclusão. (BERGO, 2002:08)

Bergo ressalta que um ensino de qualidade vai além de discussões políticas e produção de documentos. Uma “equipe técnica capacitada” e uma infraestrutura capaz de oferecer segurança ao processo de inclusão são de fundamental importância para que esse aluno não seja apenas mais um sujeito na escola e sim que seja inserido nela. Professores preparados e infraestrutura são elementos chaves para a inclusão.

Por essa razão, para oferecer uma escola de qualidade a todos é fundamental se (re)ver a grade curricular dos cursos de licenciaturas e investir na preparação desse profissional. Devem-se considerar os diversos obstáculos enfrentados por estes profissionais que atendem alunos com as suas diversidades, peculiaridades, sendo eles ditos como “normais” e “deficientes”. Como afirma Oliveira:

Consideram que a preparação específica possibilita aos docentes enfrentarem melhor os problemas concretos do trabalho escolar com os alunos/as que apresentam necessidades especiais. (OLIVEIRA, 2010:101).

Assim como afirma Oliveira (2010) no texto acima, a capacitação do profissional possibilita saber lidar melhor com as dificuldades, com os desafios e auxilia a encontrar as soluções, ou pelo menos que "caminho percorrer". Essa formação deve ser iniciada na graduação, como afirma Vitalino:

Diante desse quadro, torna-se importante que os professores sejam instrumentalizados a fim de atender às peculiaridades apresentadas pelos alunos. Aqui, tendo-se em vista a capacitação docente, a participação das universidades e dos centros formadores parece ser relevante. (VITALINO, 2007:02).

Vitalino, fazendo referência aos estudos de Gotti, destaca ainda a necessidade de cursos de aperfeiçoamento e de pesquisas na área da inclusão. Para melhorar a formação dos professores é imprescindível ter uma visão interativa, e não somente teórica.

Além das questões de formação, a falta de recursos, o despreparo dos docentes para lidar com o aluno com necessidades especiais é uma problemática que vem sendo discutida, como destaca Vitalino:

A inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE), nos diversos níveis de ensino, depende de inúmeros fatores, especialmente, da capacidade de seus professores de promover sua aprendizagem e participação. E aí surge o questionamento: Os professores estão preparados para assumir tal responsabilidade? (...) Sabemos que não. Inúmeras pesquisas já constataram esse fato. (VITALINO, 2007:02).

A preocupação com a formação, a capacitação profissional dos docentes para lidar com os alunos com necessidades especiais vem sendo discutida. Dessa forma, tenta-se buscar soluções a esta problemática que está emergente, tendo como foco a especialização do docente.

É necessária uma formação continuada para os professores que já estão atuando e uma melhor preparação para os que estão nas universidades. Esta formação não se dá apenas nos livros, mas deve acontecer, também, na própria escola, através da interligação de saberes entre diretor, professores, especialistas, alunos e a própria comunidade; discussões constante sobre o assunto e o compartilhamento de idéias, emoções e ações entre esses pares formadores da educação (...).(BERGO,2002:09)

O autor destaca ainda, para além dos cursos de formação docente regulares, que sejam implementados, de forma integrada e permanente, na escola “programas de capacitação, supervisão e avaliação”, para que a ação sobre a inclusão seja modificada. Bergo acredita que ao refletir sobre a sua prática, o professor compreenda suas crenças e se torne um pesquisador de suas próprias ações.

Para que os alunos inclusivos tenham uma escola inclusiva de qualidade, torna-se imprescindível a formação, o preparo desse profissional para receber em sala de aula tais crianças, como afirma Amaral:

A verdadeira capacitação do professor para trabalhar com o aluno especial é menos técnica e mais subjetiva. É da possibilidade de lidar com a diferença sem experimentar a angústia, que traz a tentação da rigidez e da intolerância, que se trata de aprender. (AMARAL, 2004:140)

A autora destaca uma “formação mais subjetiva”, será possível formar professores que saibam lidar com a diferença sem experimentar um “mal-estar”? A formação do docente aparece, assim, em diversos autores, como um fator chave para que o objetivo da implementação da lei seja alcançado.

É preciso que se pense na educação como um investimento a longo prazo e que se crie condições, infraestruturas melhores tanto no espaço físico da escola, quanto na formação desses professores, garantindo assim uma escola de qualidade para todos independentes de suas características.

CAPÍTULO 3 – PLANO DE AÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O presente trabalho constituiu-se de um plano de ação proposto pelo curso de Pós-Graduação em Educação Infantil – LASEB/UFMG. Esse plano de ação teve como objetivo “analisar a situação de formação recebida e refletir com professores e auxiliares que atuam com alunos portadores de necessidades especiais e/ou com algum tipo de deficiência.”

Para refletir sobre a temática da inclusão de crianças com necessidades, no que se refere à formação dos professores da Educação Infantil, foi elaborado um Plano de Ação Pedagógica.

Em primeiro lugar, foi realizada uma pesquisa com atores da UMEI, entre eles, professores e monitores, sobre temáticas como a compreensão sobre o conceito de educação inclusiva; a formação profissional específica na área; as condições estruturais e operacionais da escola e, também, sobre o processo de inclusão da criança com deficiência na escola.

Em segundo lugar, foi realizado um acompanhamento da criança (**M.E.**) e, em terceiro lugar, o planejamento culminou com uma ação pedagógica de orientação para os professores e monitores. Dessa forma, uma etapa de pesquisa e reflexão, seguiu-se de uma etapa de desenvolvimento de atividade prática na escola, com o acompanhamento da rotina da criança com paralisia cerebral (**M.E.**), que teve como objetivo compreender a prática e aspectos educacionais do processo ensino-aprendizagem da criança com paralisia cerebral, finalizando com uma reunião com os professores.

3.1 - Contextualização da escola e dos sujeitos envolvidos

O local onde foram desenvolvidas as atividades do plano de ação pode ser contextualizado a partir de informações que estão contidas no Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP).

A Unidade Municipal de Educação Infantil foi construída a partir da aprovação do Orçamento Participativo de 1998. A obra foi entregue no dia 18/08/2000 e, a partir deste momento, o Centro de Educação Infantil/ Venda Nova (CEI/VN) procurou dar os encaminhamentos legais necessários para que a mesma começasse a funcionar.

O quadro profissional é constituído por 12 (doze) professores de educação infantil, sendo, 01 (uma) vice-diretora, 03 (três) coordenadores e 02 (dois)

acompanhantes. As turmas são divididas entre maternal I e II, sendo esta, horário integral, e 02 (duas) turmas de 2º (segundo) período no turno da manhã. O turno da tarde é composto por maternal I e II, maternal III e o 1º (primeiro) período. A UMEI contém uma média de 104 alunos, sendo que, atualmente 04 (quatro) são alunos com necessidades especiais (NE).

O corpo docente dessa UMEI em sua totalidade teve o ingresso através de concurso público. Para exercer a profissão de educador infantil foi exigido no concurso, comprovação de conclusão do curso técnico de magistério ou o curso de graduação na área de pedagogia. Posteriormente, para o aperfeiçoamento do corpo docente a prefeitura de Belo Horizonte ofereceu o curso Veredas UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) para quem tinha somente a formação de técnico no magistério. O curso Veredas é um curso que tem como objetivos:

- formar profissionais em nível de graduação plena para atuar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;
- contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem das crianças atendidas nas creches, nas pré-escolas e nas escolas públicas (anos iniciais do ensino fundamental) e, assim, para a eficácia do seu direito à educação;
- produzir subsídios que ajudem a aperfeiçoar os programas de formação de profissionais da educação básica, especificamente os da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental;
- contribuir para a ampliação das alternativas de formação de professores a distância;
- criar novas formas de prática pedagógica que atendam às necessidades dos alunos que estudam à noite, ou que trabalham em atividades não docentes, de forma a facilitar seu desempenho na etapa do estágio supervisionado obrigatório;
- adaptar para a formação inicial pré-trabalho a experiência do Veredas – Formação Superior de Professores, que obteve resultados significativos na formação inicial de professores em exercício;
- valorizar a profissionalização docente.

(Veredas UFMG)²

Vale salientar que após a conclusão deste curso, observa-se a distância entre a formação e a prática, pois esses objetivos do curso Veredas na verdade se perderam após a formação ser concluída. Valeria aqui, a reflexão sobre a melhoria do currículo universitário sobre a formação da prática docente?

² Fonte: <http://www.fae.ufmg.br/veredas/>

Em consonância com as determinações da LDB-9394/96, a UMEI no que se refere à formação:

- ✓ Reconhece a importância da identidade pessoal dos alunos, suas famílias, educadores e outros profissionais;
- ✓ Promove, ao cuidar e educar, o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico-psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade;
- ✓ Reconhece as crianças como seres íntegros, que aprendem a ser e conviver consigo próprios, com os demais e com o próprio ambiente, de maneira articulada e gradual, buscando, a partir de atividades intencionais, em momentos ora estruturados, ora espontâneos, a interação entre as diversas áreas do conhecimento e aspectos da vida cidadã. Desta forma, contribuindo como provimento de conteúdos básicos para a constituição de conhecimentos e valores. (LDB-9394/96)

O Projeto Político Pedagógico (PPP) tem como intuito construir um caminho, aos poucos, somando a experiência daqueles que iniciaram o trabalho há mais tempo, com a vontade dos que chegaram depois, desejando juntos acertar uma proposta; que nunca está pronta, está sendo continuamente construída.

Quando o PPP foi escrito em 2007 a escola já havia iniciado os seus trabalhos e recebia alunos com necessidades especiais.

Acreditamos que ao adotarmos a educação inclusiva estaremos desenvolvendo um trabalho preventivo e contribuindo em direção à meta, talvez utópica, da equiparação de oportunidades, o que significa preparar a sociedade para receber a pessoa portadora de necessidades especiais. Caso contrário este indivíduo tenderá a uma fragmentação ou desintegração de sua personalidade, ocasionando inevitáveis prejuízos pessoais e sociais. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2007)

A partir de minha experiência como Professora, Educadora Infantil e Coordenadora dessa UMEI, constato com perplexidade que nossa escola tem hoje como realidade, o atendimento a crianças que nos chegam com uma variedade de (deficiências) e ou, necessidades especiais como: Síndrome de Down, Paralisia Cerebral com perda de movimentos em membros inferiores ou membros superiores, ou, afetados com a perda da fala, visão ou audição, crianças com tumores no cérebro, no coração e outros.

Desde quando iniciamos na UMEI, em 2005, que recebemos crianças com necessidades especiais. Temos no momento, 04 (quatro) alunos que fazem parte da nossa rotina e do nosso convívio, conforme é descrito a seguir:

Hoje em dia, quatro crianças com diagnóstico de deficiência – **CASO I, CASO II, CASO III, CASO IV**, frequentam a UMEI sendo que a criança VI - **M.E.**, será foco e servirá como exemplo para elucidar as práticas dos educadores nesse estudo:

CASO I - AR., masculino, 04 anos. Ano de entrada: 30 de novembro de 2011.

Diagnóstico: A criança apresenta Artrogripose – pé torto congênito e não apresentou laudo médico. (ver em anexo 08)

CASO II – ED., feminino, 03 anos. Ano de entrada: 16 de janeiro de 2012.

Diagnóstico: A criança é portadora de Autismo (F84.o CID.10), com Atraso importante em interação social e linguagem. (ver em anexo 08)

CASO III – EM., masculino, 04 anos. Ano de entrada: 01 de março de 2012.

Diagnóstico: A criança é portadora de paralisia cerebral, que afetou os movimentos dos membros inferiores. (ver em anexo 08)

CASO IV – M.E., feminino, 04 anos. Ano de entrada: 24 de fevereiro de 2010.

Diagnóstico: A criança é portadora de esclerose tuberosa e má formação do SNC (Sistema Neurológico Cerebral), que ocasiona atraso no desenvolvimento psicomotor e estrabismo acentuado. (ver em anexo 08)

Como foi explicado anteriormente, iremos discutir apenas o Caso IV – da criança cuja inicial é M.E. que servirá de embasamento para a discussão sobre o processo de inclusão na escola.

Histórico da criança – A história de M.E. tem registro de abandono e preconceito desde o seu nascimento. M.E. foi abandonada pela mãe ao nascer, e foi acolhida pela tia paterna que hoje assume o papel de mãe. A tia "mãe" é participativa na escola, pois sempre comparece as reuniões, demonstra que possui atenção e muito carinho pela criança.

A inclusão acontece. Num primeiro momento, através das orientações da professora as outras crianças da turma que são alertadas para ficarem atentas ao espaço e à colaboração com os cuidados referentes à M.E. Durante as atividades, M.E. sempre é colocada no mesmo espaço dos outros, mas interage muito pouco ou quase nada. Na maioria das vezes, as outras crianças levam brinquedos até ela, tentam ajudá-la. Ela não olha, nem procura o olhar do outro, sempre foca algum outro “objeto”, faz barulhinhos com a boca, movimentando os bracinhos de forma desordenada, não fala e apenas se comunica quando quer alguma coisa, através do choro. Alimenta-se com a ajuda da

professora ou da monitora. Sempre que pode, se arrasta e foge do grupo, prefere ficar sozinha. Quando os meninos cantam, ela repete. Quando a professora fala: Oi linda!, ela responde (com a mesma entonação): “Oi linda!” O fato de ela repetir comprova a sua oralidade e audição, mas não estamos certos de que há alguma compreensão das palavras.

Ao serem colocados alguns objetos ao seu alcance, ela se movimenta para pegá-los, fato que também comprova sua visão, entretanto, não sabemos se é uma visão nítida. Quando perguntei a sua mãe, ela me disse que tentou fazer um exame com uma oftalmologista, mas a criança não permitiu ou não ofereceu condições para o exame. Não foi relatado se existe outro tipo de acompanhamento a esta criança, o seu grupo de convívio é a família, a igreja da mãe e a UMEI.

3.2 – Descrição sobre o processo de inclusão da Criança na UMEI

Geralmente, em toda UMEI, existe um período de inscrição para sorteio posterior das vagas existentes para as crianças com necessidades especiais. Priorizam-se as inscrições e encaminhamentos do Conselho Tutelar (*ver em anexo 03*) e do Núcleo de Inclusão da Pessoa com Deficiência da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), que seriam crianças carentes e que correm risco de morte, estando estas sob “medida protetiva”.

No momento da matrícula, os responsáveis devem preencher uma ficha, onde consta: endereço e telefones, um breve histórico da situação socioeconômica: (moradia, quantidade de pessoas que moram, renda familiar, etc.). As famílias, em sua maioria, situam-se abaixo do nível considerado “pobreza”.

Em caso de deficiência, solicita-se aos pais a apresentação de um atestado médico, onde conste a especificação da doença, segundo a Classificação Internacional da Doença (CID). O número da CID indica qual é a deficiência da criança.

O professor que fica responsável por uma criança com necessidade especial recebe na escola a comunicação, de forma verbal, onde é repassada a ficha do aluno pela coordenadora pedagógica de forma sucinta, como por exemplo: “_ Amanhã, chegará a sua turma uma criança com deficiência enviada pelo Conselho Tutelar com “medida protetiva”.

Geralmente, o coordenador ou o próprio professor preenche junto aos pais ou responsáveis uma “ficha de anamnese”, faz o levantamento dos dados sobre a história pregressa da criança e de sua deficiência: a causa, sua vida, sua rotina e os costumes

desta criança, visando com isto, oferecer algum suporte para o acompanhamento do mesmo.

As crianças com necessidades especiais estão em contato direto com as outras crianças. Esse fato, em nossa opinião, deixa a escola em risco constante de ser considerada negligente, uma vez que os cuidados “especiais” destinados às crianças com deficiência, geralmente, não são oferecidos, já que os professores não possuem recursos nem formação para tais cuidados. Como respondido no questionário pela professora:

"Na lei, fornecer todo o apoio pedagógico e estrutural para que o deficiente permaneça matriculado na Rede regular de ensino, oferecendo monitores para intermediarem o trabalho do aluno e o professor. A prática é distante, a educação inclusiva criada para combater a “segregação” dita existente nas escolas especializadas, se mostram mais nocivas ao aprendizado e desenvolvimento dos deficientes, vez que somente frequentam o ambiente escolar para desenvolver a socialização e uma irrisória parcela de suas potencialidades. Ao professor e aos monitores não é oferecido nenhum tipo de formação especializada, os cursos de graduação e pós-graduação não fornecem todo o suporte necessário para trabalhar com “esta inclusão”. O que se percebe é a ausência do ideal e a busca constante da economia pública. Economia esta, que fecha os olhos para a educação sucateada e mostra nas redes de telecomunicação uma imagem bem além da real." (profa. F)

Esse é o ponto chave da minha questão: a escola não oferece “suporte”, seja ele material, equipamentos, alguém que se pode contar se a criança tiver um surto, dentre outros aspectos. Gerando assim uma insegurança e instabilidade para os professores lidarem com esses alunos com necessidades especiais em sala de aula.

3.3 – Procedimentos metodológicos e atividades realizadas

O Plano de ação consistiu de diversas atividades que serão descritas a seguir. Após a descrição, será realizada em seguida uma análise de cada atividade, tendo em vista os objetivos e estratégias apresentadas. A utilização de fotos que registram momentos e crianças nesta pesquisa, foram autorizadas por pais e/ou responsáveis com o intuito de colaborarem com o estudo.

A pesquisa - ação, iniciou-se com um levantamento feito por meio de um questionário que abordava dos professores várias situações de suas rotinas na escola, sobre sua formação e dificuldades (*em anexo 01*). Destas questões surgiu o tema da minha pesquisa, "inclusão". Em seguida, escolhi uma criança das quatro que frequentam a UMEI, baseando no tempo de permanência (desde Fevereiro/2010) e na complexidade

do caso, para a observação. Em reunião pedagógica, visando o tema inclusão ser o centro das dificuldades, resolvemos incluir as famílias, as crianças e também os professores para refletirmos sobre "as diferenças", através de slides, palestras, e com as crianças, atividades pertinentes (atividades artísticas para a mostra cultural).

Atividade 1 – Data: 14/02/12

Encontro realizado entre Direção, Coordenação, Professora, Acompanhante, Representante da AEE e Mãe, para levantamento da situação e evolução do Estudo de Caso “M.E.”.

Essa reunião teve dois objetivos. O primeiro foi solicitar consentimento à mãe da criança e do corpo gestor da UMEI sobre a escolha da criança M.E. para estudo de caso, sobre a qual faria a observação sob vários ângulos: (individual, sala de aula com o professor, interação com os coleguinhas e vice-versa, participação da família e suporte pedagógico da entidade).

Descrição do evento: Solicitei autorização para gravar a reunião, comunicando a minha intenção de pesquisar o processo da inclusão, e para não perder algum detalhe do debate que se daria neste encontro, onde se reuniam vários segmentos para discutir e avaliar o processo de inclusão e desenvolvimento da criança, as dúvidas e dificuldades encontradas pelos presentes, e qual a ação sugerida para uma tentativa de melhora do caso “M.E”.

Análise da atividade: A atividade foi positiva no sentido de ter contado com a presença da tia paterna (a mãe que a cria). Esse encontro trouxe a oportunidade de discutir sobre dificuldades para contornar algumas situações cotidianas em relação à criança M.E., como: atitudes de masturbação da criança em sala de aula, sendo essas atitudes, ditas pelas auxiliar de apoio, professora e confirmadas pela tia. A tia disse que até já ficou constrangida quando as pessoas lhe perguntavam por que "ela" (a menina), fazia isto.

Entre o grupo de docentes e auxiliares, a observação pedagógica foi que a masturbação infantil ou a busca de algo que trouxesse à criança a sensação de prazer era normal. Com base nisto, fiz uma pesquisa na internet sobre a masturbação infantil e repassei aos presentes para consolidar a informação. O encontro não trouxe nenhum esclarecimento técnico sobre a paralisia cerebral, e sim, troca de informações e uma socialização entre as pessoas que cuidam da M.E.



Fonte: Acervo pessoal – M.E. ouvindo e cantando músicas.



Fonte: Acervo pessoal – M.E. brincando com a florzinha, sem se interagir com ninguém.



Fonte: Acervo pessoal - UMEI - Professora dando comida, hora do jantar, junto com todas as crianças.
Participando da rotina.

Atividade 2 - Dia 06/03/12

Exposição do tema: INCLUSÃO – “Na minha Escola todo mundo é igual” (apresentação em PDF); Entrega do Kit. Escolar.

Essa atividade consistiu de uma reunião com pais e responsáveis de crianças matriculadas na UMEI e teve como objetivo apresentar aos pais, a escola e sua filosofia de inclusão. O objetivo foi o de atrair a comunidade para uma reflexão sobre a diversidade existente em nosso convívio e a necessidade de estabelecermos uma parceria construtiva, fraterna e inclusiva, aprendendo e dividindo nossos anseios e dificuldades do dia-a-dia.

Descrição do evento: Em primeiro lugar, a direção fez a leitura de uma mensagem, agradeceu a presença de todos e deu as boas vindas. Em seguida, apresentei o Tema Inclusão, através de slides, que se encontram em anexo (*ver anexo 05*), levantando a reflexão sobre a nossa realidade e a importância da participação da família e da comunidade. Após este momento, a coordenação passou alguns informes sobre o regimento da escola e os pais foram convidados a se dirigirem às salas de seus filhos, para receberem o Kit Escolar que estava sob controle do professor.

Análise da atividade: A reunião contou com a presença e com participação interessada dos pais e ou responsáveis. Iniciei falando sobre o quanto todos nós somos portadores de necessidades diferentes e ao mesmo tempo como temos necessidades básicas iguais. Isto para iniciar a apresentação dos slides com o tema "inclusão na minha escola de portadores de necessidades especiais". (as lâminas impressas em anexo 05)

A plateia assistiu atenta. Ao final, perguntei se gostariam de comentar. Um pai, que é líder na comunidade, se levantou e falou que a UMEI era uma conquista da comunidade e que as famílias beneficiadas estavam satisfeitas com os resultados e que eles lutavam por uma ampliação da escola que possibilitasse o aumento das vagas para atender a um número maior de crianças. A mãe de um aluno com necessidades especiais também se manifestou dizendo que estava muito satisfeita com o tratamento que sua filha estava recebendo pelas professoras, e que ela se sentia segura sabendo que ela estava em boas mãos.



Fonte: Acervo pessoal - Reunião com os pais - "Na minha escola todo mundo é igual"



Fonte: Acervo pessoal - Reunião com os pais - "Na minha escola todo mundo é igual"

Atividade 3 - Período: 05/03/12 a 08/03/12

Observação e registro da rotina do caso "M.E"

Essa atividade teve como objetivo o levantamento de dados para análise do caso³. Foram feitas observações, teste dos sentidos: visão, audição, fala e tato e estes resultados foram analisados em sala de aula com o professor sem o auxiliar de apoio.

Descrição do evento: Foram feitas anotações no papel, fotos e filmagem de atividades em sala de aula. E também foram feitos com a criança teste do sentidos: visão, audição, fala e tato.

³ Ver, ao final, no *anexo 07* deste estudo.

- ✓ Teste da visão: Foi colocado um grão de feijão na mesa que a M.E. estava, e ela o pegou com a mãozinha, levou o bem próximo do rosto e ficou olhando para ele. Obs.: (Quando fizemos reunião com a mãe, ela disse ter levado a menina em um oftalmologista, mas em função de sua agitação, não foi possível efetuar o exame);
- ✓ Teste de audição e oralidade: A criança, não fala... Ela emite sons e barulhinhos quando está irritada ou com algum incômodo, “mas”, repete o que escuta, como: canta as musiquinhas, fazendo movimento com o corpinho (repete a melodia ouvida), se falamos: Bom dia Linda! Ela repete: Bom dia Linda! Com a mesma tonalidade. Isto comprova sua audição e também sua oralidade;
- ✓ Teste do tato: A criança pega as coisas, sacode, mas não foi possível perceber muito além disso, se ela tinha sensibilidade para diferenciar o objeto macio, duro, frio, morno...etc. às vezes pegava uma florzinha e ficava rodando ela entre os dedinhos, olhando e fazendo movimento com o corpinho e fazendo alguns barulhinhos... ;

Trechos da observação:

A professora fez uma grande roda, pediu que todos se assentassem (perninha de índio), para ela contar uma história. Iniciou falando que contava com a colaboração de todos, que todos ficassem bem bonzinhos, porque a (M.E.), ia precisar muito dela e deles também neste dia. Eles demonstraram que compreenderam. A turma tem 22 alunos, estavam 18 presentes. Após contar a história, cantou e dançou com as crianças. A (M.E.), se arrastava e locomovia entre a rodinha enquanto a professora contava a história, quando começou a cantar, “ela”, balançava o corpinho como se identificasse a musiquinha. Após esta atividade, a professora avisou que era o momento do lanche e que era para todos segui-la até o refeitório, pegou a (M.E.) no colo....., as crianças saíram umas correndo e outras em fila. Após lavarem as mãos se assentaram e cantaram a música do lanchinho. Quando a professora colocou a (M.E.) em sua cadeira de rodinha, ela começou a cantar:...”Meu lanchinho...!”. Quando voltaram para sala, foi distribuído as crianças atividade para colorir referente a historia. A (M.E.) parecia um pouco irritada, dando uns gritinhos, recusou o papel e o giz de cera, foi colocada ao chão... saiu arrastando para fora da sala. A professora pediu a um coleguinha para buscar água para ela, em seguida solicitou que "eu" que estava num canto, observando, desse uma olhada na turma, pois ia levar a (M.E.) no banheiro para trocar a fralda, pois tinha feito coco. (Talvez a irritabilidade se deu em função do incômodo??). A turminha acabou de colorir e já estava bem agitadinha, a professora então os levou para o parquinho onde corriam e gritavam o tempo todo, enquanto a professora ficou sentada próxima da (M.E.), que se distraia com uma florzinha, alheia ao movimento em volta dela. Algumas meninas

ficaram próximas dela, levando lhe boneca e brinquedinhos, que ela chegou a segurar e largar sem dar muita importância. Neste dia a professora disse que não usaria o horário para trabalhar com o projeto das letrinhas, preferindo dar o vídeo, pois estava sozinha, sem a auxiliar de apoio. A Coordenação supriu a professora em seu horário de projeto.

Análise da atividade: Tanto a observação quanto os testes foram feitos por causa da pesquisa e também para levantar possibilidades de intervenção pedagógica. Este estudo de caso foi realizado fora do meu horário de trabalho, pois a criança atualmente frequenta outro turno. Normalmente as crianças com necessidades especiais são incluídas na mesma sala e nas mesmas rotinas e atividades. Recebem os cuidados básicos no período de sua permanência na escola. Portanto, como a pesquisa foca a vida do professor com suas dificuldades e falta de formação, fica a pergunta: O que fazer diante deste quadro, visando atender as necessidades desta criança, e levando ao desenvolvimento de suas potencialidades numa escola comum? Se esta é uma responsabilidade do professor, será que evidencia aqui, a necessidade da mudança dos currículos nas universidades?

Atividade 4 - Questionários - Data: 20/03/12 a 23/03/12

A UMEI funciona em três turnos. Em reunião pedagógica, solicitei a participação de todos os professores envolvidos para responderem o questionário, melhor forma de reunir as respostas dos três turnos. Colocando suas experiências e dificuldades. Contribuíram com esta pesquisa 6 (seis) professoras e 2 (duas) auxiliares de apoio ao deficiente.

Distribuído entre os Professores e Auxiliar de Apoio, o questionário teve como objetivo fazer um levantamento das dificuldades vivenciadas por eles, no processo da inclusão de deficientes, em sua rotina. O roteiro de questões encontra-se em anexo (*anexo 01*) e constou de questões visando conhecer as dificuldades e dúvidas relativas a Inclusão e a Orientação Pedagógica recebida.

Descrição do evento: Vivenciando a insegurança, as dificuldades o desconhecimento real de como conduzir o desenvolvimento e a aprendizagem na inclusão; o que mesmo era inclusão? O que a sociedade espera dos profissionais da educação? E o que nós professores podemos fazer pela inclusão? Diante de tantas indagações dos profissionais sobre como lidar com aluno com necessidades especiais, solicitei que os colegas de

profissão respondessem a uma bateria de perguntas e colocassem as suas experiências e dificuldades para direcionarem esta pesquisa.

Análise dos questionários:

Para serem analisados os dados foram colhidos através de um questionário escrito elaborado com 18 questões abertas, respondidas por 06 professores e as 02 acompanhantes da unidade UMEI. Os roteiros das entrevistas estão em anexo. A pesquisa tem o intuito de analisar de maneira qualitativa como é a formação e o preparo desse profissional que atua na área de educação infantil e lida com alunos portadores de necessidades especiais.

Serão analisados em primeiro lugar os dados dos questionários das professoras e depois os da monitora, na seguinte ordem:

a. Análise dos dados dos questionários – seis professoras

As seis professoras entrevistadas encontram-se na faixa etária entre 33 e 59 anos. Em relação ao grau de formação, todas possuem o nível superior completo na área da Educação, sendo que três possuem curso de especialização. As professoras possuem em média 10 anos de experiência em docência, isso significa que todas tem muito anos de prática docente.

Todas as professoras quando perguntadas sobre o que entendem por educação inclusiva, a maioria refere-se apenas a uma conceituação básica do conceito. Uma delas diz que não entende nada e somente uma consegue ir além do conceito ao dizer:

“É aquela que cria um ambiente em que é propiciado o desenvolvimento de todos, respeitando suas especificidades. Uma educação capaz de aceitar os alunos, para que eles possam desenvolver sua capacidade cognitiva, física e mental.” (profa. F.).

Todas as professoras já tiveram ou está tendo alguma experiência com a educação inclusiva. Sendo que, duas delas está trabalhando atualmente:

"Atualmente estou trabalhando com uma turma de vinte e duas crianças, sendo duas deficientes." (profa. A).

"Já tive e, atualmente, estou tendo em outra rede de ensino (Ribeirão das Neves)." (profa. D).

Trabalhar com aluno com necessidades especiais é a realidade de todas as professoras. Porém, em sua formação profissional não receberam, ou tiveram

precariamente instruções / orientações de como lidar com a inclusão de crianças com Deficiência e Necessidades Especiais

"Não." (profa. A).

"Sim, no Curso de Especialização em Educação Infantil da FAE, porém, muito superficialmente, apenas uma visão geral. O curso não detalhou as diferentes deficiências, nem como lidar com elas. Acredito que, para proporcionar o desenvolvimento qualitativo dessas crianças, seria necessária também a atuação específica da área de saúde." (profa. D).

As professoras foram questionadas sobre o que achavam de mais positivo na educação inclusiva. A maioria das professoras pontuaram como a socialização como fator positivo.

"Socialização, interação, elementos que promovem o desenvolvimento." (profa. F).

"A socialização entre as crianças que, na minha opinião, gera respeito pelo próximo." (profa. D).

Assim como as entrevistadas pontuaram os aspectos positivos, também responderam o que acharam de mais negativo. E como ponto negativo, abordaram a falta de especialização do profissional, a infraestrutura e a qualidade que esse aluno tem ao ser inserido na escola.

"Eu não sou contra a inclusão, mas, não é justo que uma criança, com deficiência, seja matriculada em uma escola onde não há recursos para responder às suas necessidades." (profa. D).

"Falta de profissionais especializados." (profa. D).

"Falta de apoio e condições para que a educação inclusiva seja eficiente." (profa. D).

Quase todas as profissionais quando questionadas se a escola oferece condições estruturais e operacionais para a inclusão responderam que não, e ressaltam a falta de estrutura, a ausência de profissionais que esse aluno inclusivo necessita e ele não tem.

"Não. Não existe materialidade específica nas escolas, para cada deficiência. A criança, muitas vezes, é "colocada" em sala, sem mesmo o professor saber qual é a sua deficiência e necessidades específicas. E mais, o professor tem "outros" alunos com dificuldades que precisam também de sua permanente atenção." (profa. C)

"A escola oferece monitores, no número de 1 para cada sala, "ou nenhum", no qual deverão atender todos os deficientes que estiverem compondo a turma, em suas atividades e cuidados." (profa. F)

Com essas dificuldades encontradas pelas professoras para trabalhar com o aluno inclusivo sem infraestrutura necessária, algumas professoras questionadas desconhecem a proposta da prefeitura de Belo Horizonte com relação à educação

inclusiva, e as que conhecem afirmam que existe o projeto, porém a sua prática ainda é distante.

"Na lei, fornecer todo o apoio pedagógico e estrutural para que o deficiente permaneça matriculado na Rede regular de ensino, oferecendo monitores para intermediarem o trabalho do aluno e o professor. A prática é distante, a educação inclusiva criada para combater a "segregação" dita existente nas escolas especializadas, se mostram mais nocivas ao aprendizado e desenvolvimento dos deficientes, vez que somente frequentam o ambiente escolar para desenvolver a socialização e uma irrisória parcela de suas potencialidades. Ao professor e aos monitores não é oferecido nenhum tipo de formação especializada, os cursos de graduação e pós-graduação não fornecem todo o suporte necessário para trabalhar com "esta inclusão". O que se percebe é a ausência do ideal e a busca constante da economia pública. Economia esta, que fecha os olhos para a educação sucateada e mostra nas redes de telecomunicação uma imagem bem além da real." (profa. F)

As professoras ao serem questionadas se conhecem a proposta da PBH. As que conhecem, sabem que o projeto não está em prática. Ao responderem se contam com profissionais de apoio na escola, percebe-se que a prática ainda é distante.

"Tem uma auxiliar de apoio que é contratada pela escola, que ajuda a professora nos cuidados básicos com a criança (higiene, alimentação etc.). Em uma sala há muitas crianças que requerem ajuda. Eu já fiquei sozinha com três crianças com paralisia cerebral e que não se locomoviam, sendo que uma era autista, cega e dava crises convulsivas. Hoje mesmo, as salas de aula (funcionam) com professores sem auxiliares, e com crianças pequenas que requerem cuidados especiais." (profa. C)

"Sim e Não! A acompanhante é emprestada de outra escola." (profa. E)

"Não; há um trabalho oferecido fora da escola que não funciona." (profa. F)

Algumas professoras reforçam a falta de um auxiliar de apoio à inclusão, em sua sala quando em suas turmas a alunos com necessidades especiais.

"Não tive auxiliar, na época em que tive aluno de inclusão." (profa. B)

"Sim, precariamente. Somente um auxiliar de apoio à Inclusão é designado para acompanhar uma sala, não importando o número de deficientes." (profa. F)

As professoras que tiveram auxiliares em sala de aula alegam que a atuação desse Auxiliar de Apoio em relação às crianças é com "boa vontade", porém eles também não têm o preparo devido para lidar com esse alunos.

"Geralmente são pessoas que querem ajudar, mas, como nós professores, também não sabem lidar com as necessidades específicas de cada deficiente." (profa. C)

"Ele (a) age com toda boa-vontade em ajudar o aluno, em suas necessidades básicas (alimentação, higiene, socialização etc.), mas esta "boa vontade" não soluciona o objetivo da Educação Inclusiva. Não basta o cuidado. É preciso conhecimento específico para cada tipo de deficiência." (profa. D)

As professoras disseram que a inclusão das crianças com Necessidades Especiais em sua escola é feita através de socialização, porém isso nem sempre é possível, ou seja, a criança é colocada na escola, mas não há uma efetiva inclusão.

"Procuramos sempre socializá-la, participar da rotina junto com todos com o suporte da auxiliar de apoio." (profa. E)

"Tenta-se incluí-las em todas as atividades, porém, dependendo da deficiência, como no caso da "paralisia cerebral" mais severa, ou crianças que possuem risco de baterem a cabeça, fica quase impossível essa inclusão. Nosso modelo de escola não foi feito para atender certas especificidades e a escola tem responsabilidade objetiva, ou seja, os diretores dos estabelecimentos educacionais respondem independentemente de culpa, pelos danos causados aos seus educandos ou a terceiros." (profa. F)

Como se pode perceber através dos questionamentos as professoras que trabalham com alunos com necessidades especiais, a inclusão está somente iniciando. Esses profissionais foram questionados se receberam nestes cursos, formação para trabalhar com a Inclusão. Através das respostas percebe-se que não existia uma disciplina específica, estudaram apenas sobre as leis e a obrigatoriedade da Inclusão. Encontram-se do outro, professores inseguros e sem formação adequada para lidar com a diversidade de necessidades e deficiência, numa mesma turma.

Na sala de aula desses professores, crianças deficientes estão em contato direto com outras crianças. Esse fato é considerado complexo, uma vez que deixa a escola em risco constante de ser considerada negligente e que os cuidados "especiais" não são fornecidos como são oferecidos, já que os professores não possuem recursos nem formação para tais cuidados.

b. - Análise dos dados dos questionários – duas monitoras

As duas auxiliares de apoio entrevistadas são estudantes de cursos de licenciatura. Em sua formação está sendo abordado o tema "educação inclusiva", mas como podemos perceber ainda está muito vago, pois aborda somente alguns temas.

"Na disciplina de Psicologia da Educação, foram abordados alguns temas sobre deficiência e transtornos de aprendizagem." (aux. B)

Uma das auxiliares já trabalhou em anos anteriores com a educação inclusiva, e a outra é pela primeira vez. As duas auxiliares acreditam que essa experiência como estagiárias na área de educação inclusiva as ajudarão em sua formação. Assim, quando elas estiverem atuando como professoras já saberão lidar melhor.

"É grande a contribuição, pois me prepara para uma futura atuação na área da educação." (aux. B)

Como experiência positiva em seus trabalhos com alunos com necessidades especiais é a prática, a experimentação, a importância da convivência dos alunos com outras crianças com necessidades especiais.

"Fiquei acompanhando um autista: no começo foi difícil, mas foi mais uma experiência importante." (aux. A)

"A percepção de que o preconceito pode ser diminuído, na medida em que for proporcionada a convivência de deficientes com as outras crianças, na escola." (aux. B)

E como aspecto negativo dessa experiência de seu trabalho com crianças deficientes, as auxiliares pontuaram a falta de formação para lidar com esses alunos e a falta de planejamento das aulas que realmente incluam essas crianças, e negligência dos órgãos competentes .

"Achar que não fiz o melhor para esses alunos, em virtude da falta de formação específica." (aux. A)

"A falta de um planejamento pedagógico que de fato desenvolva e inclua essas crianças..." (aux. B)

"Negligência/indiferença dos órgãos que têm o dever de acolher e de dar suporte à instituição e aos próprios deficientes." (aux. B)

As auxiliares foram questionadas sobre o que entendem por educação inclusiva, e assim como as professoras referem-se apenas a uma conceituação básica do conceito.

"Uma educação capaz de aceitar os alunos, para que eles possam desenvolver sua capacidade cognitiva, física e mental." (aux. A)

"É o direito de todos ao convívio social, é o acesso aos conhecimentos socialmente construídos." (aux. B)

As auxiliares expõem que trabalhar com educação inclusiva exige uma forma diferenciada, tem que atender as necessidades do aluno, que vai desde a socialização, a higienização, etc.

"É trabalhar de uma forma diferenciada, mas com responsabilidade, descontráida. É aceitar cada aluno, com sua deficiência, mas pondo limite a cada um." (aux. A)

"É atender às necessidades referentes à higienização e também à socialização da criança." (aux. B)

As duas auxiliares acham o fator mais positivo na educação inclusiva é a socialização, o convívio com outros alunos, pessoas.

"A transformação desses alunos, depois do convívio na escola com outras crianças." (aux. A)

Em contrapartida o aspecto mais negativo é a falta de formação para lidar com esses alunos, é querer fazer algo mais pela criança e não saber como. E para contribuir a escola não oferece condições estruturais e operacionais para a inclusão, dificultando ainda mais.

"Ter vontade de fazer algo mais e não saber o quê." (aux. A)

"A falta de formação para lidar." (aux. B)

A escola além de não proporcionar condições estruturais, também faltam recursos, como materiais didáticos apropriados, equipamentos específicos, dificultando assim as suas atividades.

"Sim. Falta de materiais didáticos mais apropriados; falta de aparelhagem específica que auxiliem na locomoção." (aux. B)

Como pode-se perceber através das respostas das auxiliares que trabalham com alunos com necessidades especiais, a inclusão está somente iniciando. Esses profissionais foram questionados se receberam nestes cursos, formação para trabalhar com a Inclusão. Através das respostas percebe-se que em seus cursos de formação docente está começando a ser implantado disciplinas voltadas a educação inclusiva, mas que ainda é muito vago, não oferecendo um verdadeiro suporte/base. Observou-se a existência de auxiliares inseguras, sem formação adequada e percebe-se que o que existe é a boa vontade para lidar com a diversidade de necessidades e deficiências. Para contribuir com essas questões, a escola não oferece infraestrutura para atender a demanda dos alunos inclusivos, seja com equipamentos, atividades pedagógicas, dentre outros.

A atividade do questionário me ajudou a fazer um levantamento das dúvidas e dificuldades mais relevantes, e com elas traçar um caminho de pesquisa e ação em nossa UMEI.

Com base nas respostas do questionário, tive como proposta as seguintes ações:

- ✓ Começar a trabalhar com as crianças com participação das famílias, as noções sobre as diferenças existentes em nossa natureza, e suas contribuições, que culminou com uma "Mostra Cultural" (Diferenças das Raças, dos Animais, das frutas e das cores), na Festa da Família;
- ✓ Também, uma reunião pedagógica, para divulgar (A História da Inclusão ao longo dos séculos em PDF), para conhecimento, análise e reflexão junto aos professores.

Atividade 5 - Data: 13/04

Reunião Pedagógica: Apresentar para equipe de educadores o histórico do processo de inclusão (em PDF). para reflexão.

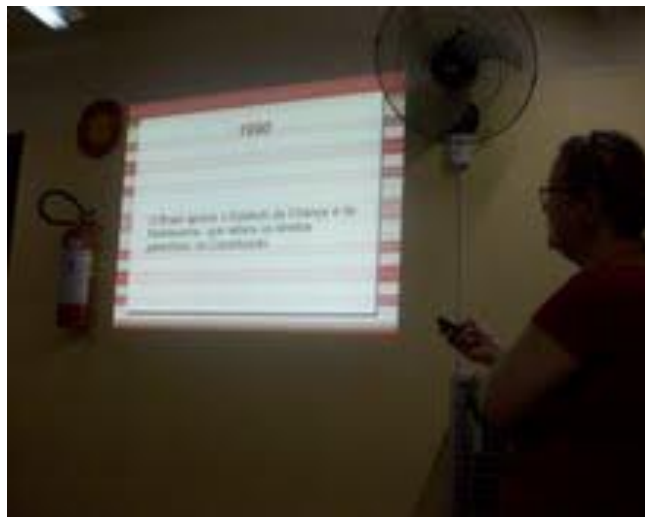
Tendo em vista, as dúvidas e dificuldades apresentadas no questionário, a “História do processo de inclusão”, irá conceituar a inclusão, esclarecer e situar os professores na linha do tempo, do que já foi feito, e o que ainda pode ser feito pelo segmento educacional, para garantir o que a lei determina.

Descrição do evento: Utilizei o Data-Show para exposição do tema: “História do processo de inclusão”, explicando que a informação contida naquele material nos ajudaria a situar no processo histórico, e que talvez no momento de reflexão, encontraríamos caminhos para nos incluirmos com mais segurança, exercendo o nosso papel de educador.

Análise da atividade: A História da inclusão ao longo dos séculos foi discutida e comentada pelos professores, levantou várias considerações: conhecer os fatos históricos, passo a passo, levou a reflexão de que não somos nós que iniciamos o processo da inclusão, nem seremos os que concluiremos, estamos caminhando. A legalização através de regimentos e leis que garantem a inclusão demandou muito tempo para sair do papel. E sabemos que entre a teoria e a prática, existe uma distância que só será corrigida, com o bom senso e a prática. E estes dois itens exigem estudos, conscientização, formação de hábitos, confiança, segurança. Qualificação. O professor exerce um papel de influência muito importante no processo da inclusão. Mas, o sistema, tenta impor responsabilidades além de nossos conhecimentos. Até onde vai a nossa competência? Impor direitos, sem oferecer condições de desenvolvimento? Acredito, que pela primeira vez, sentamos para discutir o nosso cotidiano no processo da inclusão.



Fonte: Acervo pessoal - Reunião pedagógica com os professores



Fonte: Acervo pessoal Reunião pedagógica com professores História do processo de Inclusão

Atividade 6 - Data: 01/06/12

Festa da Família. Tema: Diversidade Cultural com apresentação de teatro e exposição dos trabalhos das crianças –

Inicialmente, foi trabalhado com os alunos “Diversidade da Natureza”, para que eles saibam lidar e conviver com as diferenças: Cores, raças, frutas e animais

- ✓ Cores: (utilizadas em todas as atividades, para pintar, colorir , para descobrir suas diferenças nos objetos e na natureza.);
- ✓ Raças: (O Branco, O Negro, O Índio e o amarelo); (ver em anexo 09)
- ✓ Frutas: (As cores e suas diferenças e sabores);
- ✓ Animais: (Suas diferenças e seu habitat).

A culminância desta pesquisa foi a Festa da Família, quando efetivamos o aprendizado sobre a inclusão, que está apenas começando e que compartilhado de forma consciente e responsável, a participação as famílias na escola, apresentando os trabalhos das crianças e formando novos valores, através do conhecimento.



Fonte: Acervo pessoal - Criança pintando as carinhas - trabalhando as raças: o branco, o negro, o índio e o amarelo.



Fonte: Acervo pessoal - A diversidade: raças



Fonte: Acervo pessoal - Frutas: (As cores e suas diferenças e sabores)



Fonte: Acervo pessoal - Depois da visita ao Zoológico as crianças imitando os animais.



Fonte: Acervo pessoal - Crianças caracterizadas, dançando e imitando os animais. (Música da Xuxa).

Descrição do evento: As crianças, dançaram, cantaram, representaram e se divertiram com os animais e suas diferenças. Fizeram um passeio ao Zoológico para conhecer de perto o seu espaço.



Festa da família



Festa da família

Análise da atividade: Houve participação e interesse de todos os envolvidos, professores, alunos e comunidade. O tema a inclusão das diferenças, vem se arrastando a muito tempo, e vai continuar. Estamos dando os primeiros passos. Começamos a

estudar, informar, esclarecer, a falar sobre o respeito e um novo olhar sobre as diferenças. Isto a escola consegue fazer.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho sobre a Inclusão na Educação Infantil, após uma busca incessante, feita através de pesquisas, entrevistas, observações em sala de aula, reuniões com a comunidade, reuniões Pedagógicas, busquei um caminho ou uma solução pronta, que nos desse segurança e não nos deixasse errar.

A realidade, é que “excluindo” a propaganda institucional, que divulga um processo seguro de inclusão de um lado, encontra do outro, professores inseguros e sem qualificação adequada para lidar com a diversidade de necessidades e deficiência, numa mesma turma. Questionados se receberam nestes cursos, formação para trabalhar com a Inclusão, responderam que não existia uma disciplina específica, estudaram sobre as leis e a obrigatoriedade da Inclusão.

Como lidar com esta complexidade sem conhecimentos mais específicos, ligados à área da saúde, como a Neurologia, Psiquiatria, Cardiologia, Fisioterapia, Fonoaudiologia... Ou seja, quem serão nossos parceiros para tais cuidados, com quem uniremos força e conhecimento para inserção dessas crianças, de forma efetiva, técnica, afetiva e com dignidade para o convívio social, como preconiza o atual paradigma da Educação Inclusiva?

Primeiro, pelo desafio da responsabilidade que acreditava ser muito para nossa bagagem de conhecimento. Quem mais seria responsável? Quem mais dividiria esta responsabilidade comigo?

Não chego aqui, concordando com a inclusão divulgada pela mídia, nem acreditando que o papel da inclusão seja só da educação, mas também dela. A pesquisa me ajudou a aproximar e a ver de uma forma mais crítica, sobre a necessidade de atualização dos meus conhecimentos pedagógicos. Estes sim, os conhecimentos, me trariam mais segurança. Segurança para exercer o meu papel como ser humano e como Professor e Educador.

Se o conhecimento humaniza, a proximidade trás vínculos desenvolve laços de ternura e efetiva uma inclusão de todos. E quando digo todos, digo todos nós, portadores de necessidades diversas, necessitados sempre do apoio e da caridade do outro em momentos de dificuldades.

A necessidade da Inclusão do deficiente está há pouco tempo sendo incluída de forma “legal”, na nossa história. Então, é possível dizer que não existe uma fórmula

pronta, nem vai existir. Existem os primeiros passos, os primeiros investimentos e os primeiros aprendizados.

A formação continuada atualiza ações e aprimora o professor, que apesar de tão desvalorizado financeiramente, só é lembrado na sua importância, em época de eleições políticas porque desempenha apesar de tudo, o seu papel com muita dedicação.

A importância de se investir na educação, valorizando e respeitando o papel do professor, se justifica porque, uma equipe escolar que respeite as diferenças, que seja comprometida com elas, que acredite no potencial humano, acima de qualquer deficiência ou incapacidade, terá mais possibilidades de atender bem a essas diferenças. O importante, no processo de inclusão, é perceber que a diversidade não é um problema; pelo contrário, é perceber que é uma oportunidade de enriquecimento individual, social e de ensino-aprendizagem.

Mas, a inclusão implica numa transformação considerável no espaço escolar. Implica quebrar e vencer paradigmas, buscar atender à diversidade humana com ajuda de recursos materiais, humanos e financeiros. Espera-se que haja um empenho de toda a sociedade para que, num futuro próximo, a diversidade deixe de ser um desafio para tornar-se uma conquista.

A Educação Infantil desempenha um papel importante na iniciação à inclusão de deficientes e portadores de necessidades especiais. Para esta geração de crianças que desde cedo convive sem discriminação, participando, dividindo espaços, ajudando, brincando, com certeza serão adultos mais humanos que desconhecem a exclusão do deficiente muito pelo contrário, lutarão para manter seus direitos. A Educação Infantil, através de seus projetos educacionais, investe na formação de valores. E o deficiente aprende e ao mesmo tempo nos ensina a respeitar o seu espaço.

A criança com deficiência, além da escola como local de inclusão e socialização para conviver com os valores e o carinho de seus pares, precisa de ser tratada e acompanhada por especialistas técnicos que realmente conheçam a sua limitação física e neurológica e outras, e, que possam ajudá-la a desenvolver-se em busca de autonomia. Além disso, é fundamental a presença da família e, principalmente, de projetos governamentais que invistam e oportunizem chances de tratamento e engajamentos futuros na sociedade.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira. BARBOSA, Katia Aparecida Marangon. **Experiências Educacionais Inclusivas: refletindo sobre o cotidiano escolar.** Experiências Educacionais Inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade / Organizadora, Berenice Weissheimer Roth. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; 2006.

AMARAL, Nympha. **Saúde mental e educação inclusiva: uma parceria possível. Educação e a Diversidade.** Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy. Duque de Caxias: UNIGRANRIO Editora, 2004.

BERGO, Maria Stela de Araújo Albuquerque. et. al. **Um estudo sobre a educação inclusiva em escola pública. 2002.** Disponível: http://www.cultura.ufpa.br/rcientifica/ed_anteriores/pdf/ed_03_jmh.pdf. Acesso em: 01 maio de 2012

BRASIL. **Constituição (1978).** Emenda constitucional nº 9, de 17 de outubro de 1978.

BRASIL. **Constituição (1988).** Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995.

BRASIL. Ministério da Justiça. (2002), **Programa Nacional de Direitos Humanos II**, Brasília: Ministério da Justiça.

CASTRO, Gazielle Vieira Maia de. **A inclusão na Educação Infantil em uma escola da Rede de Ensino da Prefeitura de Belo Horizonte vista pelo seus protagonistas: “Você sabe o que é criança deficiente? – É uma criança professora!”.** Belo Horizonte, 2011.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Necessidades Educativas Especiais – NEE In:** Conferência Mundial sobre NEE: Acesso em: Qualidade – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO 1994.

DÍAZ, Félix. BORDAS, Miguel. GALVÃO, Nelma. [et al.] **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas.**

GERA, Adriana Aparecida Silvestre. et. al. **A formação do profissional da educação na atualidade e o caso da educação inclusiva no Brasil.** Disponível em: <http://legacy.unifacef.com.br/novo/publicacoes/IIforum/Textos%20IC/Daniela,%20Marilia,%20Marina,%20Wagner%20e%20Adriana.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2012.

Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI N° 4.2024, de 20 de dezembro de 1961. D.O. U. de 23 de dezembro de 1961.

Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI N°. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O. U. de 23 de dezembro de 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – o que é? Por quê? Como fazer?**

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. MARTINS, Lúcia de Araujo Ramos.

PIRES, José. **Experiências de intervenção em prol da inclusão de alunos com paralisia cerebral: constatações a partir de uma pesquisa-ação.** Inclusão: compartilhando saberes / Lúcia de Araújo Ramos Martins – [et. AL]. – 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, Canuta dos Reis. **Inclusão na Educação Infantil.** Belo Horizonte, 2010.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Saberes, imaginários e representações sobre pessoas que apresentam necessidades especiais no cotidiano escolar.** Inclusão: compartilhando saberes / Lúcia de Araújo Ramos Martins – [et. AL]. – 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PLETSCH , Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental: diretrizes políticas, currículo e práticas pedagógicas.** 2009.

Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade : relações étnico-raciais e de gênero / organização FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP) , equipe de elaboração Ulisses F. Araújo... [et al.]. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 4v.

SANT'ANA, Izabella Mendes. Educação **inclusiva: concepções de professores e diretores.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a09.pdf>. Acesso em: 01 maio de 2012

SCHNEIDER, Roseleia. **Inclusão do aluno com necessidades educativas especiais no ensino regular: um desafio para o educador.** Disponível em: http://www.sicoda.fw.uri.br/revistas/artigos/1_5_49.pdf. Acesso em: 01 maio de 2012

SILVA, Celma Yara Pereira da. **O professor e sua identidade profissional: A formação continuada em questão.**

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Estratégias de ensino utilizadas, também, com aluno cego, em classe regular.** Inclusão: compartilhando saberes / Lúcia de Araújo Ramos Martins – [et. AL]. – 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SOTO, Ana Paula de Oliveira Moraes. SOARES, Marcia Torres Néri. RAMOS, Marleide Batista. **A formação Docente e o Respeito à diversidade: perspectiva para uma escola inclusiva no município de Feira de Santana / BA.** Experiências Educacionais Inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade / Organizadora, Berenice Weissheimer Roth. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; 2006.

VITALINO, Célia Regina. **Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.** 2007. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382007000300007&script=sci_arttext.
Acesso em: 01 maio de 2012.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
Disponível em:
<http://cristianopalharini.wordpress.com/2011/04/20/a-formacao-social-da-mente-vygotsky-livro-download/>. Acesso em: 01 maio de 2012

XAVIER, Kátia Regina. et. Al. **Formação de professores na educação inclusiva: diretrizes políticas e resultados de pesquisas**. Disponível em:
<http://www.lapeade.com.br/publicacoes/artigos/ENDIPE%202006.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2012.

ANEXOS

ANEXO 01

1º ROTEIRO DE ENTREVISTA: Professores

1. Qual é o seu nome? Idade?
2. Qual a sua formação?
3. Há quanto tempo atua na educação?
4. O que você entende por educação inclusiva?
5. Já teve ou está tendo alguma experiência com a educação inclusiva?
6. O que você acha que é mais positivo na educação inclusiva?
7. O que você acha que é mais negativo na educação inclusiva?
8. A escola oferece condições estruturais e operacionais para a inclusão? Quais?
9. Há alguma proposta da PBH com relação à educação inclusiva? Qual?
10. A Secretaria Municipal de Educação da PBH proporciona algum apoio ao seu trabalho? Qual?
11. Você conta com profissionais de apoio? Há equipe multidisciplinar na escola? Explique.
12. Você recebe estagiários em sua sala?
13. Como você percebe a atuação do estagiário em relação às crianças?
14. Como é feita a inclusão das crianças PNE (Portador de Necessidades Especiais) em sua escola?
15. Na sua formação profissional você recebeu instruções / orientações de como lidar com a inclusão do PNE?
16. Existe alguma atividade pedagógica específica, que vise o desenvolvimento do PNE em sua escola?
17. Gostaria de fornecer mais alguma informação que considera relevante para a pesquisa?
18. Gostaria de receber alguma informação sobre Educação Inclusiva? Qual?

2º ROTEIRO DE ENTREVISTA: Auxiliar de apoio

1. Qual é o seu nome? Idade?
2. Qual a sua formação?
3. O que você entende por educação inclusiva?
4. Na sua formação profissional você recebe instruções / orientações de como lidar com a inclusão?
5. Você já trabalhou com educação inclusiva?
6. Como é trabalhar com educação inclusiva?
7. O que você acha que é mais positivo na educação inclusiva?
8. O que você acha que é mais negativo na educação inclusiva?
9. Cite uma experiência positiva no seu acompanhando com crianças portadoras de necessidades especiais?
10. Cite uma experiência negativa no seu acompanhando com crianças portadoras de necessidades especiais?
11. A escola oferece condições estruturais e operacionais para a inclusão? Quais?
12. Você encontra alguma dificuldade nas suas atividades de acompanhante? Qual?
13. O que você considera mais positivo na sua função como acompanhante de um(a) PNE?
14. O que você considera mais negativo na sua função de acompanhante de um(a) PNE?
15. Você tem tido acompanhamento didático-pedagógico durante o período que exerce a sua função de acompanhante? Explique.
16. Qual a contribuição desta atividade que você exerce para a sua formação acadêmica?
17. Gostaria de fornecer mais alguma informação que considera relevante para a pesquisa?
18. Gostaria de receber alguma informação sobre Educação Inclusiva? Qual?

ANEXO 02 - QUESTIONÁRIO RESPONDIDO

ENTREVISTA: PROFESSORES

1. Qual é o seu nome? Idade?

- a) – Professora “a” – 59 anos;
- b) – Professora “b” – 41 anos;
- c) – Professora “c” – 37 anos.
- d) – Professora “d” – 33 anos.
- e) – Professora “e” -- 35 anos
- f) - Professora “f”-- 34 anos

2. Qual a sua formação?

- a) Pedagogia: Supervisão Escolar, Licenciatura Curta.
- b) Magistério e Pós-graduação em Psicopedagogia.
- c) Pedagogia.
- d) Pedagogia – Especialização em Educação Infantil
- e) Pedagogia.
- f) Normal Superior, Psicopedagogia, Supervisão e Direito

3. Há quanto tempo atua na educação?

- a) Há mais de 30 anos.
- b) 8 anos.
- c) 12 anos.
- d) 12 anos.
- e) 12 anos.
- f) 11 anos.

4. O que você entende por educação inclusiva?

- a) Tratamento especial para os alunos com deficiências físicas e mentais.
- b) Nada.
- c) Inclusão de pessoas portadoras de deficiências (crianças, adolescentes e jovens), na educação.

- d) Educação Inclusiva é um direito, garantido por lei de inclusão na rede regular de ensino, das crianças com deficiência e necessidades especiais.
- e) Acessibilidade.
- f) É aquela que cria um ambiente em que é propiciado o desenvolvimento de todos, respeitando suas especificidades. Uma educação capaz de aceitar os alunos, para que eles possam desenvolver sua capacidade cognitiva, física e mental.

5. Já teve ou está tendo alguma experiência com a educação inclusiva?

- a) Atualmente estou trabalhando com uma turma de vinte e duas crianças, sendo duas deficientes.
- b) Sim.
- c) Sim, já tive.
- d) Já tive e, atualmente, estou tendo em outra rede de ensino (Ribeirão das Neves).
- e) Sim.
- f) Sim.

6. O que você acha que é mais positivo na educação inclusiva?

- a) Afirmar que as pessoas com deficiências têm os mesmos direitos que as demais pessoas.
- b) O social.
- c) Como professor em sala de aula nem sempre é fácil falar dos pontos positivos. Com relação aos alunos existem alguns pontos como: interação com os colegas; aprendizagem regular, quando há; inclusão na vida social “normal”.
- d) A socialização entre as crianças que, na minha opinião, gera respeito pelo próximo.
- e) Socialização.
- f) Socialização, interação, elementos que promovem o desenvolvimento.

7. O que você acha que é mais negativo na educação inclusiva?

- a) Eu não sou contra a inclusão, mas, não é justo que uma criança, com deficiência, seja matriculada em uma escola onde não há recursos para responder às suas necessidades.
- b) Para mim a educação inclusiva é “perversa”.
- c) O professor e até mesmo o auxiliar de apoio não sabem o que trabalhar com as especificidades educacionais necessárias a cada deficiência. E para os alunos das séries avançadas, existe o “bullying”, praticado contra os companheiros não considerados “normais”.
- d) A forma como ela acontece nas escolas. A(s) Prefeitura(s) com o objetivo de cumprir (em) com a Lei e divulgarem os números de alunos deficientes que são atendidos, pouco se preocupam com a qualidade que se dá à “Educação Inclusiva”.
- e) Falta de profissionais especializados.
- f) Falta de apoio e condições para que a educação inclusiva seja eficiente.

8. A escola oferece condições estruturais e operacionais para a inclusão? Quais?

- a) No momento as condições são precárias.
- b) Não.
- c) Não. Não existe materialidade específica nas escolas, para cada deficiência. A criança, muitas vezes, é “colocada” em sala, sem mesmo o professor saber qual é a sua deficiência e necessidades específicas. E mais, o professor tem “outros” alunos com dificuldades que precisam também de sua permanente atenção.
- d) Não.
- e) Sim, não tem escadas.
- f) A escola oferece monitores, no número de 1 para cada sala, “ou nenhum”, no qual deverão atender todos os deficientes que estiverem compondo a turma, em suas atividades e cuidados.

9. Há alguma proposta da PBH com relação à educação inclusiva? Qual?

- a) Nenhuma proposta.
- b) Acho que não. Somente estagiário ou acompanhante.

- c) A proposta deve existir, mas não sei qual é.
- d) Sim. A proposta é de inserção dos alunos no ambiente escolar e promoção da socialização entre todos. Porém, a proposta é incoerente com o que acontece na realidade.
- e) Sim, existe um profissional que “acompanha” o educando.
- f) Na lei, fornecer todo o apoio pedagógico e estrutural para que o deficiente permaneça matriculado na Rede regular de ensino, oferecendo monitores para intermediarem o trabalho do aluno e o professor. A prática é distante, a educação inclusiva criada para combater a “segregação” dita existente nas escolas especializadas, se mostram mais nocivas ao aprendizado e desenvolvimento dos deficientes, vez que somente frequentam o ambiente escolar para desenvolver a socialização e uma irrisória parcela de suas potencialidades. Ao professor e aos monitores não é oferecido nenhum tipo de formação especializada, os cursos de graduação e pós-graduação não fornecem todo o suporte necessário para trabalhar com “esta inclusão”. O que se percebe é a ausência do ideal e a busca constante da economia pública. Economia esta, que fecha os olhos para a educação sucateada e mostra nas redes de telecomunicação uma imagem bem além da real.

10. A Secretaria Municipal de Educação da PBH proporciona algum apoio ao seu trabalho? Qual?

- a) Não.
- b) Somente o estagiário.
- c) Às vezes. Tem um acompanhante para a Escola que requer um relatório sobre a criança com necessidades especiais.
- d) Sim, mas a meu ver, ainda é um paliativo para o trabalho com a inclusão. Há o acompanhamento esporádico do AEE (Atendimento Educacional Especializado) e do monitor da sala.
- e) Não.
- f) Sim. Cursos de formação ineficientes, monitores em quantidade ínfima.

11. Você conta com profissionais de apoio? Há equipe multidisciplinar na escola? Explique.

- a) Não.

- b) Não.
- c) Tem uma auxiliar de apoio que é contratada pela escola, que ajuda a professora nos cuidados básicos com a criança (higiene, alimentação etc.). Em uma sala há muitas crianças que requerem ajuda. Eu já fiquei sozinha com três crianças com paralisia cerebral e que não se locomoviam, sendo que uma era autista, cega e dava crises convulsivas. Hoje mesmo, as salas de aula (funcionam) com professores sem auxiliares, e com crianças pequenas que requerem cuidados especiais.
- d) Sim. (Vide resposta ao item 10).
- e) Sim e Não! A acompanhante é emprestada de outra escola.
- f) Não; há um trabalho oferecido fora da escola que não funciona.

12. Você conta com a presença de um auxiliar de apoio à inclusão, em sua sala?

- a) Sim.
- b) Não tive na época em que tive aluno de inclusão.
- c) Quando tem algum disponível na escola, sim!
- d) Na minha sala este ano, não tem aluno deficiente, com necessidades educacionais especiais, mas a escola possui um estagiário auxiliar de apoio.
- e) Sim!
- f) Sim, precariamente. Somente **um** auxiliar de apoio à Inclusão é designado para acompanhar uma sala, não importando o número de deficientes.

13. Como você percebe a atuação desse Auxiliar de Apoio em relação às crianças?

- a) Participativo e dinâmico.
- b) ?
- c) Geralmente são pessoas que querem ajudar, mas, como nós professores, também não sabem lidar com as necessidades específicas de cada deficiente.
- d) Ele (a) age com toda boa-vontade em ajudar o aluno, em suas necessidades básicas (alimentação, higiene, socialização etc.), mas esta “boa vontade” não soluciona o objetivo da Educação Inclusiva.
Não basta o cuidado. É preciso conhecimento específico para cada tipo de deficiência.

- e)
- f) Assim como os professores, os auxiliares também não possuem capacitação suficiente, mas fazem o que podem para incluir o(s) deficiente(s).

14. Como é feita a inclusão das crianças com Necessidades Especiais (deficientes), em sua escola?

- a) De forma compreensiva;
- b) O aluno entra e sai da escola com a mãe e na escola tem a assistência do auxiliar de apoio para ir ao banheiro ou para comer.
- c) Elas são colocadas na sala de aula como todas as outras crianças.
- d) É feita apenas com base no cuidado. Não há uma efetiva inclusão dessas crianças, principalmente daquelas que apresentam um comprometimento maior de nível intelectual. Exemplo: Paralisia cerebral, surdo, mudo, cego etc.
- e) Procuramos sempre socializá-la, participar da rotina junto com todos com o suporte da auxiliar de apoio.
- f) Tenta-se incluí-las em todas as atividades, porém, dependendo da deficiência, como no caso da “paralisia cerebral” mais severa, ou crianças que possuem risco de baterem a cabeça, fica quase impossível essa inclusão. Nosso modelo de escola não foi feito para atender certas especificidades e a escola tem responsabilidade objetiva, ou seja, os diretores dos estabelecimentos educacionais respondem independentemente de culpa, pelos danos causados aos seus educandos ou a terceiros. Conforme Sílvia Venosa:

“... Enquanto o aluno se encontra no estabelecimento de ensino e sob sua responsabilidade, este é responsável não somente pelo sua incolumidade física do educando, como também pelos atos ilícitos praticados por este a terceiros. Há um dever de vigilância e incolumidade inerente ao estabelecimento de educação que modernamente, decorre da responsabilidade objetiva do Código de Defesa do Consumidor. O aluno é “consumidor” do “fornecedor de serviços” que é a Instituição Educacional. Se o agente sofrer prejuízo físico ou moral, decorrente da atividade, no interior do estabelecimento ou em razão dele, este é responsável. Responde, portanto, a escola, se o aluno vem a ser agredido por colegas em seu interior

ou vem a acidentarse em seu interior. Pode até mesmo ser firmada a responsabilidade civil, ainda que o educando se encontre fora da escola, como no caso das excursões. Em se tratando de ESCOLA PÚBLICA, o dever de reparar caberá ao órgão responsável, que poderá entrar com ação regressiva contra quem gerou o dano (o responsável pela vigilância, zelo). Ante o exposto, pode-se verificar que a responsabilidade de um professor aumentou significativamente com a inclusão dos deficientes nas redes regulares de ensino. Para que houvesse a inclusão ideal, a escola deveria ser totalmente readaptada, oferecendo aulas especializadas dentro do próprio ambiente escolar, bem como, mudança na estrutura física, para que acidentes fossem evitados e fornecendo um monitor para cada criança deficiente. Portanto, podemos concluir que a escola ideal contida nos projetos e leis ainda levará anos para ser efetivada nos moldes estabelecidos, restando-nos engolir as frustrações e tentar fazer o melhor que pudermos em razão do amor à profissão, agora, na esperança de que um dia irá melhorar...

15. Na sua formação profissional você recebeu instruções / orientações de como lidar com a inclusão de crianças com Deficiência e Necessidades Especiais?

- a) Não.
- b) Não.
- c) Não na minha formação profissional. Uma vez, através da PBH, fui ao Hospital Sarah Kubitscheck e lá participei de uma palestra. Isto foi em 2007, na época que tive três deficientes em sala de aula.
- d) Sim, no Curso de Especialização em Educação Infantil da FAE, porém, muito superficialmente, apenas uma visão geral. O curso não detalhou as diferentes deficiências, nem como lidar com elas.
Acredito que, para proporcionar o desenvolvimento qualitativo dessas crianças, seria necessária também a atuação específica da área de saúde.
- e)
- f) Sim, mas muito superficialmente.

16. Existe alguma atividade pedagógica específica que vise o desenvolvimento dos deficientes em sua escola? O que é feito para a sua inclusão?

- a) Não. Apenas participam ou estão presentes em todas as atividades.

- b) Eu também queria saber.
- c) Não existe, ele é tratado como as outras crianças.
- d) Não. O professor “mais comprometido”, além dos livros pedagógicos, recorre também à Internet, na busca de sugestões de atividades apropriadas.
- e) Não! Participação e socialização.
- f) As crianças são inseridas em todas as atividades desenvolvidas, na medida do possível.

17. Gostaria de fornecer mais alguma informação que considera relevante para a pesquisa?

- a) Não.
- b) Não.
- c) A inclusão como está sendo feita em Belo Horizonte, não é boa para a criança com necessidades especiais, nem para os professores e nem para os outros alunos da sala.
- d) Gostaria de conhecer o significado da “educação Inclusiva” para as “políticas públicas” o que vem sendo desenvolvido nessa área (os recursos destinados à mesma, como as Secretarias Municipais auxiliam os professores etc.).
- e) ?
- f) ?

18. Gostaria de receber alguma informação sobre a Educação Inclusiva? Qual?

- a) Sim.
- b) Quando estiver pronto o seu trabalho, gostaria de ver o resultado o qual poderá contribuir para a compreensão e ação e dos professores.
- c) Sim.
- d) Sim. Principalmente, quanto às atividades pedagógicas específicas para a “Síndrome de Down”, o “Autismo”, dentre outras.
- e) Sim!
- f) ?

ENTREVISTA: AUXILIAR DE APOIO

1. Qual é o seu nome? Idade?

- a) – Auxiliar de apoio “a” – anos.
- b) – Auxiliar de apoio “b” - 33 anos.

2. Qual a sua formação

- a) Pedagogia.
- b) Superior incompleto.

3. O que você entende por educação inclusiva?

- a) Uma educação capaz de aceitar os alunos, para que eles possam desenvolver sua capacidade cognitiva, física e mental.
- b) É o direito de todos ao convívio social, é o acesso aos conhecimentos socialmente construídos.

4. Na sua formação profissional você recebeu instruções / orientações de como lidar com a inclusão?

- a) Sim!
- b) Na disciplina de Psicologia da Educação, foram abordados alguns temas sobre deficiência e transtornos de aprendizagem.

5. Você já trabalhou com educação inclusiva?

- a) Sim.
- b) Não. Trabalho atualmente, em período de estágio.

6. Como é trabalhar com educação inclusiva?

- a) É trabalhar de uma forma diferenciada, mas com responsabilidade, descontraída. É aceitar cada aluno, com sua deficiência, mas pondo limite a cada um.
- b) É atender às necessidades referentes à higienização e também à socialização da criança.

7. O que você acha que é mais positivo na educação inclusiva?

- a) A transformação desses alunos, depois do convívio na escola com outras crianças.
- b) A socialização e o convívio entre crianças diferentes.

8. O que você acha que é mais negativo na educação inclusiva?

- a) Ter vontade de fazer algo mais e não saber o quê.
- b) A falta de formação para lidar.

9. Cite uma experiência positiva no seu trabalho com crianças deficientes, com necessidades especiais?

- a) Fiquei acompanhando um autista: no começo foi difícil, mas foi mais uma experiência importante.
- b) A percepção de que o preconceito pode ser diminuído, na medida em que for proporcionada a convivência de deficientes com as outras crianças, na escola.

10. Cite uma experiência negativa no seu trabalho com crianças deficientes.

- a) Achar que não fiz o melhor para esses alunos, em virtude da falta de formação específica.
- b) A falta de um planejamento pedagógico que de fato desenvolva e inclua essas crianças...

11. A escola oferece condições estruturais e operacionais para a inclusão?

Quais?

- a) Não
- b) Não

12. Você encontra alguma dificuldade nas suas atividades de acompanhante?

Qual?

- a) Não;
- b) Sim. Falta de materiais didáticos mais apropriados; falta de aparelhagem específica que auxiliem na locomoção.

13. O que você considera mais positivo na sua função como acompanhante de um (a) PNE?

- a) A interação dos alunos;
- b) O quanto essas crianças deficientes também são capazes de nos ensinar pelo simples fato de estarem aqui.

14. O que você considera mais negativo na sua função de acompanhante de um (a) PNE?

- a) A falta de conhecimentos específicos;
- b) Negligência/indiferença dos órgãos que têm o dever de acolher e de dar suporte à instituição e aos próprios deficientes.

15. Você tem tido acompanhamento didático-pedagógico durante o período que exerce a sua função de acompanhante? Explique.

- a) Não.
- b) Sim. A Rede Municipal propõe algumas orientações que nos passadas mensalmente.

16. Qual a contribuição desta atividade que você exerce para a sua formação profissional?

- a) Importante para nos aprimorar o conhecimento;
- b) É grande a contribuição, pois me prepara para uma futura atuação na área da educação.

17. Gostaria de fornecer mais alguma informação que considera relevante para a pesquisa?

- a)
- b)

18. Gostaria de receber alguma informação sobre Educação Inclusiva? Qual?

- a)
- b) Sim.

ANEXO 03 - Encaminhamento feito pelo Conselho Tutelar:

ENVIADO POR FAX
dia 19/06/09 por Rainunda.



DE : GERED-UN

NO. DE FAX : 8893

19 JUN. 2009 03:38PM P1



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

ENCAMINHAMENTO

CONSELHO TUTELAR - LEI MUNICIPAL Nº 6.263/52 E LEI FEDERAL Nº 8.069/90		
DE CONSELHO TUTELAR DA SECRETARIA REGIONAL	Venda Nova	DATA 19/06/09
PARA	Direção de Educação Infantil, Venda Nova.	
IDENTIFICAÇÃO	Alc. Carla ou Cassia	
URIANÇA / ADOLESCENTE		DATA DE NASCIMENTO 30/09/2007
		IDADE 1 ano 8 meses
NOME DO PAI	Gladson Soares Dias	
NOME DA MÃE	Lucisrécia Pereira de Oliveira	
RESPONSÁVEL	TIA PATRÔNIA GRACIANA BOTEELHO SOARES - MG. 10.759.087	
ENDERECO (RUA, AV.)	MÉXICO, Nº 760	
BARRIO	Cão Azul / Jardim Beibon 1557-0379	MUNICIPIO B. de MG.

ESTE CONSELHO TUTELAR FUNDAMENTADO NA LEI 8.969/90, E, CONSIDERANDO O ARTIGO 227, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EM ATENDIMENTO AO CASO Nº 2008-660 ENCAMINHA A CRIANÇA / ADOLESCENTE ACIMA IDENTIFICADA, PARA QUE SEJAM TOMADAS AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

RELATO DO CASO:
A criança acima mencionada é portadora de PARALISIA CEREBRAL (vide relatório anexo) A Criança vive sob os cuidados e responsabilidade de sua tia Patrônia acima referida e necessita de uma vaga em uma UMEI ou creche com Vaniada.

Diante do exposto:

DECISÃO DO CONSELHO:
Encaminhar para vaga em creche com caráter de urgência. Como MEDIDA DE PROTEÇÃO, aplicar multa administrativa - considerando situação de sua criança portadora de deficiência.

CONSELHEIROS TUTELARES RESPONSÁVEIS:

Osmit-Silva
CONSELHO TUTELAR DE VENDA NOVA
Rua Aleijades Lins, 470 - Venda Nova
CEP: 31.510-030 - BH/MG
Tel.: 3277-5512/3277-9487

Rainunda
Rainunda

ANEXO 04 - Laudo médico do deficiente com o CID - G80.3 (Paralisia Cerebral Discinética)

 PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL
---	--------------------------------------

NOME E ENDEREÇO DA UNIDADE DE SAÚDE	DATA 22.01.09
NOME DO PACIENTE	
ENDEREÇO	

PRESCRIÇÃO

Relatório médico para o INSS.

A paciente acima apresenta seqüela neurológica devido a hidrocefalia secundária à ventriculite no período neonatal. Usa derivação ventricular peritoneal

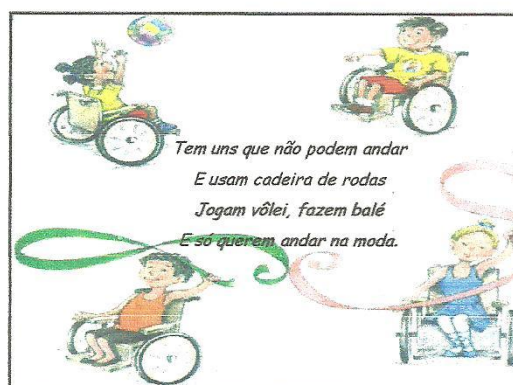
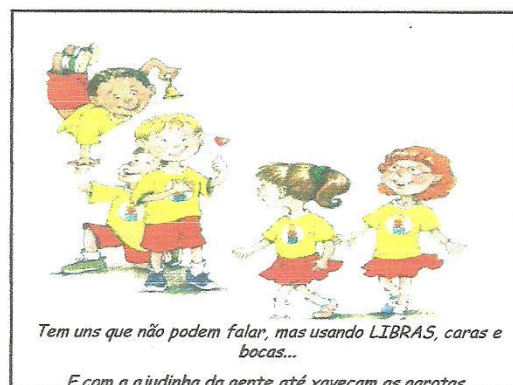
cid: G80 + G90

NOME DO RECEBEDOR			IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR	
IDENTIDADE		ORG. EMISSOR	DATA: <i>laire</i>	
ENDEREÇO			ASSINATURA / BM	
Nº	TELEFONE	UF		

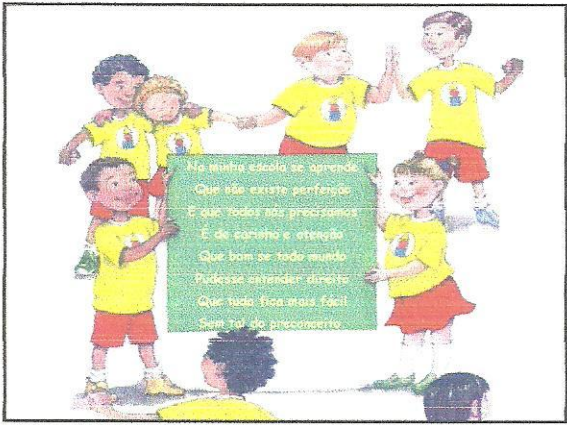
SAAA 03001001

1ª VIA FARMÁCIA - 2ª VIA PACIENTE

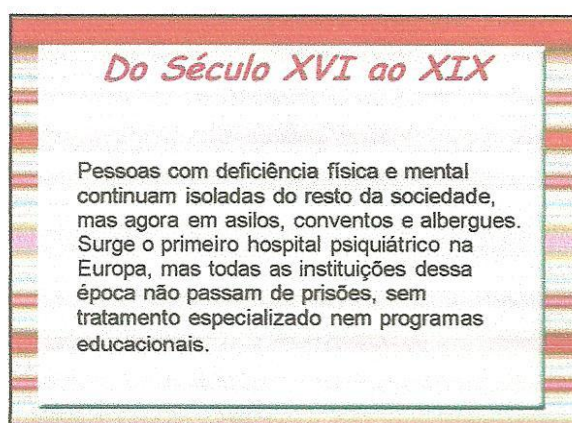
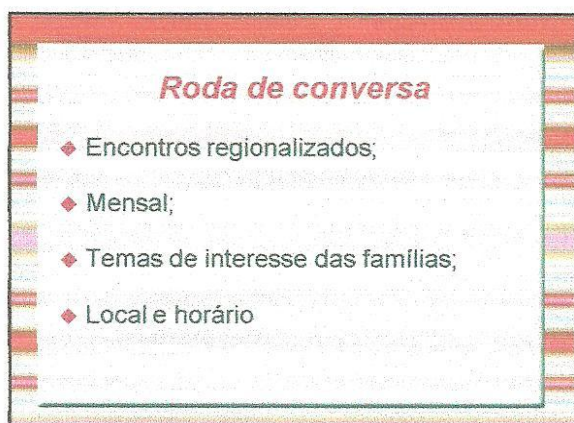
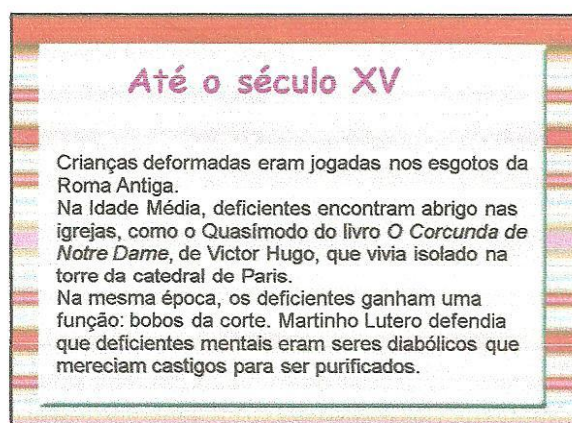
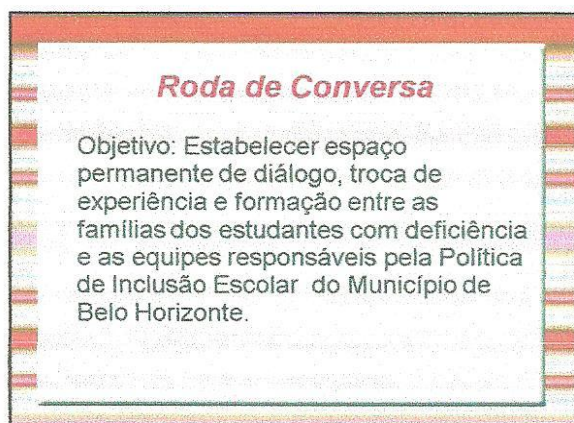
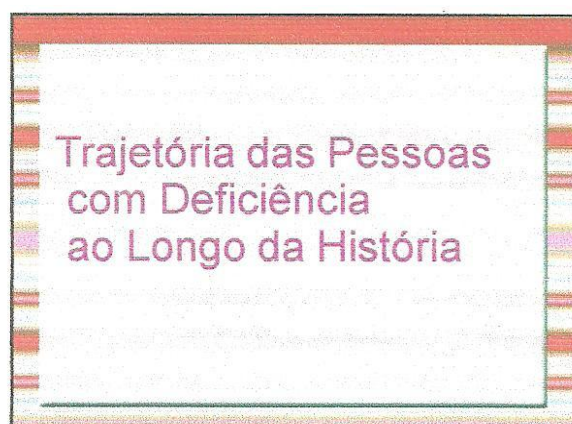
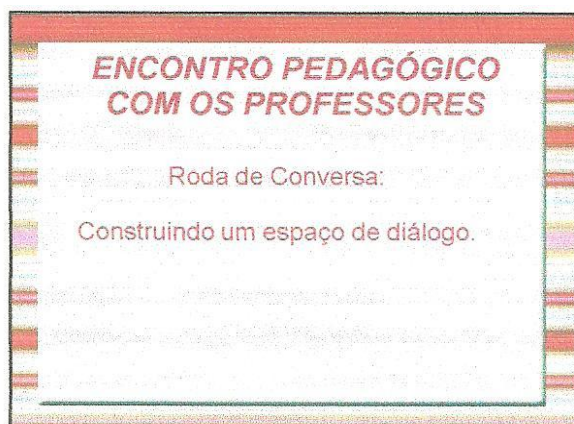
ANEXO 05 - "Na minha escola todo mundo é igual" - Slides da reunião com os pais.







ANEXO 06 - Encontro pedagógico com os professores - Slides da reunião com os professores



Século XX

As pessoas com deficiência passam a ser vistas como cidadãos com direitos e deveres de participação na sociedade, mas sob uma ótica assistencial.

A primeira diretriz política dessa nova visão aparece em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos:

"Todo ser humano tem direito à educação."

1978

Pela primeira vez, uma emenda à Constituição brasileira trata do direito da pessoa com deficiência: "É assegurada aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante educação especial e gratuita".

Anos 60

Pais e parentes de pessoas com deficiência organizam-se. Surgem as primeiras críticas à segregação.

Teóricos defendem a normalização, ou seja, a adequação das pessoas com deficiência à sociedade para permitir sua integração.

A Educação Especial no Brasil aparece pela primeira vez na LDB 4024, de 1961. A lei aponta que a educação das pessoas com deficiência deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação.

Anos 80

Declarações e tratados mundiais passam a defender a inclusão em larga escala. Em 1985, a Assembleia Geral das Nações Unidas lança o Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência, que recomenda: "Quando for pedagogicamente factível, o ensino de pessoas com deficiência deve acontecer dentro do sistema escolar normal".

Anos 70

Os Estados Unidos avançam nas pesquisas e teorias de inclusão para proporcionar condições melhores de vida aos mutilados da Guerra do Vietnã.

A educação inclusiva tem início naquele país via Lei 94142, de 1975, que estabelece a modificação dos currículos e a criação de uma rede de informação entre escolas, bibliotecas, hospitais e clínicas.

1988

No Brasil, o interesse pelo assunto é provocado pelo debate antes e depois da Constituinte.

A nova Constituição, promulgada em 1988, garante atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

1989

A Lei Federal 7853, no item da Educação, prevê a oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino e prevê crime punível com reclusão de um a quatro anos e multa para os dirigentes de ensino público ou particular que recusarem e suspenderem, sem justa causa, a matrícula de um aluno.

1994

Em junho, dirigentes de mais de 80 países se reúnem na Espanha e assinam a Declaração de Salamanca, um dos mais importantes documentos de compromisso de garantia de direitos educacionais.

Ela proclama as escolas regulares inclusivas como o meio mais eficaz de combate à discriminação.

Determina que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou lingüísticas.

1990

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em março na cidade de Jomtien, na Tailândia, prevê que as necessidades educacionais básicas sejam oferecidas para todos (mulheres, índios, camponeses, refugiados, negros, presos e pessoas com deficiência) pela universalização do acesso, promoção da igualdade, ampliação dos meios e conteúdos da Educação Básica e melhoria do ambiente de estudo.

1996

A Lei de Diretrizes e Bases, nº 9394, se ajusta à legislação federal e aponta que a educação das pessoas com deficiência deve dar-se na rede regular de ensino.

1990

O Brasil aprova o Estatuto da Criança e do Adolescente, que reitera os direitos garantidos na Constituição.

2001

É celebrada na Guatemala a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa com Deficiência.

O Brasil é signatário desse documento, que foi aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001, e promulgado pelo Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001, da Presidência da República.

2001

O direito de acesso e permanência ao Ensino Fundamental é um direito humano indisponível, por isso as pessoas com deficiência, em idade de frequentá-lo, não podem ser privadas dele. Assim, toda vez que se admite a substituição do ensino dos alunos com deficiência em classes comuns do ensino regular, unicamente pelo ensino especial, na idade de acesso obrigatório ao Ensino Fundamental, esta conduta fere o disposto na Convenção da Guatemala e, conseqüentemente, a legislação brasileira.

Equipes

Secretaria Municipal de Educação
Núcleo de Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência

Equipe de Apoio à Inclusão

Equipe do AEE Atendimento Educacional Especializado

2008

Decreto nº 186/08 aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A Convenção da ONU reconhece os direitos das pessoas com deficiência à educação sem discriminação e com base na igualdade de oportunidade, assegura o sistema educacional inclusivo em todos os níveis de escolaridade

Conhecendo as estratégias

Atendimento com prioridade aos estudantes com deficiência da Educação Infantil ;

Disponibilização de auxiliar de apoio à inclusão após observação dos critérios;

Projeto de escolarização dos estudantes surdos; Implementação e ampliação das salas de AEE Atendimento Educacional Especializado;

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA
- REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO
HORIZONTE**

A Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte tem como princípio o direito à educação na perspectiva do acolhimento à diferença e viabiliza ações que garantam o acesso e a permanência na escola de todos, desde a educação infantil.

Conhecendo as estratégias

Equipamentos, recursos materiais e adequação progressiva da rede física.



Conhecendo as estratégias

Curso de Libras para professores e educadores da RME;
Realização de seminários com as famílias de crianças com deficiência;

Não podemos definir os limites das pessoas com deficiência. Todos têm o direito de tentar alcançar sua plenitude. O papel da inclusão é o de possibilitar...

É preciso oferecer a TODAS as pessoas as oportunidades de trilhar seu próprio caminho...

...Quanto ao ponto de chegada, cada um definirá o seu.

ANEXO 07 - ESTUDO DE CASO:

M. E. S. O. – Sexo: Feminino - Nascida em 30-09-2007

Relatório Médico: - A paciente é portadora de paralisia cerebral... Teve ventriculite, hidrocefalia no período neonatal. Apresenta microcefalia e atraso neuropsicomotor (Cid: G80. 3).

28/02 – A professora apresenta um desenho de um ursinho para os meninos colorirem em sala de aula. M.E. neste momento está sentada no chão, perninha de índio, fazendo movimentos com as mãos e com o corpo. A acompanhante a chamou e a pegou no colo dizendo: “M.E., vamos colorir?”

Ela não aceitou o comando, deu uns gritinhos e empurrou o papel. A acompanhante olhou e verificou que precisava levá-la ao banheiro para trocar a fralda. Nessa sala tem também outra criança, de nome M.E., portadora de “Síndrome de Down”. Como chegou um pouco enjoadinha e resmungando, foi colocado um colchãozinho na sala e ela dormiu. Era “soninho”. Aparentemente era função de medicamento, pois, o sono era profundo.

Hora do lanche: As crianças fizeram a fila para lavarem as mãos e depois foram para o refeitório; “M.E.” olhava para os lados, mexia com o corpo se movimentando o tempo todo, mas não havia nenhuma comunicação com os colegas do lado; recebeu suco no seu copo e dois biscoitinhos; a coleguinha do lado pegou o biscoito que caiu e colocou na mãozinha da Duda. Foi então necessário que sua acompanhante pegasse o copo e o virasse na sua boca. Momentos de “viagem” com o olhar; a acompanhante então disse: - M.E., vamos lanchar? Duda pegou com as duas mãos o copo, sempre fazendo um “barulhinho” com a boca “sem interagir como os outros”, mas tinha que ser lembrada para tomar o suco; ela, porém, “viajava”...

Vídeo: Todas as crianças sentaram-se no chão para assistirem o filme. A M.E. foi colocada entre eles... bem na frente. O tempo todo levantava as mãozinhas, Emitia sons pela boca e olhava para a televisão... Ao final do filme os meninos foram levados para o parquinho, mas a M.E. continuou em frente à TV; porém, ao se perceber sozinha, foi se arrastando em direção aos meninos. No local, enquanto observava os

meninos no parquinho, a acompanhante estava colando bilhetes na agenda; a M.E. se aproximou da acompanhante, pegou a cola e a colocou bem pertinho do olho, como se estivesse tentando ler o escrito no tubo de cola... Uma coleguinha chegou, interagindo com ela, tentou abrir o tubo de cola e lhe deu um papel para ela colar, mas ela com movimentos desconexos, com o tubo de cola nas mãos, não deu sequência à iniciativa da coleguinha.

Anexo 08 - Crianças com necessidades especiais



Fonte: Acervo pessoal - caso I



Fonte: Acervo pessoal - caso III



Fonte: Acervo pessoal - caso II



Fonte: Acervo pessoal - caso IV

ANEXO 09 - Crianças pintando e colorindo as raças



Fonte: Acervo pessoal - pintando e colorindo as raças